



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
FORMAÇÃO INTERCULTURAL PARA
EDUCADORES INDÍGENAS**

FaE
Faculdade de Educação

**ESCOLA INDÍGENA OAYTOMORIM: RELAÇÃO COM O TERRITÓRIO
XAKRIABÁ E PRÁTICAS EDUCATIVAS INTERCULTURAIS**

Eliane Pereira de Araujo Neves
Maria Xavier de Oliveira da Silva

BELO HORIZONTE
2020



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
FORMAÇÃO INTERCULTURAL PARA
EDUCADORES INDÍGENAS**

FaE
Faculdade de Educação

**ESCOLA INDÍGENA OAYTOMORIM: RELAÇÃO COM O TERRITÓRIO
XAKRIABÁ E PRÁTICAS EDUCATIVAS INTERCULTURAIS**

Eliane Pereira de Araujo Neves
Maria Xavier de Oliveira da Silva

Percurso Acadêmico apresentado ao Curso de Formação Intercultural para Educadores Indígenas da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FIEI/FAE/UFMG) como requisito parcial para Obtenção do grau de licenciado em 'Línguas, Artes e Literatura'. Orientadora: Profa. Dra. Shirley Aparecida de Miranda

BELO HORIZONTE
2020

FOLHA DE APROVAÇÃO

ELIANE PEREIRA DE ARAUJO NEVES
MARIA XAVIER DE OLIVEIRA DA SILVA

**ESCOLA INDÍGENA OAYTOMORIM: RELAÇÃO COM O TERRITÓRIO
XAKRIABÁ E PRÁTICAS EDUCATIVAS INTERCULTURAIS**

Percurso acadêmico apresentado à Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção ao título de Licenciada em Línguas, Artes e Literatura. Orientadora Shirley Aparecida de Miranda.

Aprovada em: 14/09/2020

Banca Examinadora

**Profa. Dra.
Faculdade de Educação/UFMG**

Assinatura: _____

**Profa. Dra.
Faculdade de Educação/UFMG**

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus, pela vida, sabedoria, paciência, saúde.

Por nos conduzir nesta trajetória.

Às nossas famílias pelo apoio e compreensão.

À comunidade Xakriabá, especialmente aos caciques, lideranças e anciãos e anciãos por serem
nossas referências.

Aos nossos colaboradores, Seu Valdemar, Diana e demais que contribuíram no desenrolar
deste percurso.

Aos nossos colegas, professores e bolsistas do FIEI, especialmente da turma da LAL.

À nossa orientadora, Shirley pelo carinho, incentivo e dedicação.

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.” (Paulo Freire)

RESUMO

Este trabalho busca entender o papel da escola indígena e sua relação com o território, com o olhar voltado para a Escola Estadual Indígena Oaytomorim – Aldeia Prata – Xakriabá, em sua participação no processo da retomada das aldeias Vargem Grande e Caraíbas, uma vez que a escola estava envolvida nas ações incluídas como parte das práticas educativas territorializadas e interculturais, na perspectiva do Calendário Socionatural para romper com as imposições de um sistema de Estado colonizador. A necessidade de ampliação do território faz parte da educação indígena como processo de luta, que é a principal característica do povo. Para o desenvolvimento deste trabalho, recorreremos aos autores indígenas e não indígenas; entrevistas, conversas informais; bem como registros de nossas experiências. Abordamos um pouco sobre o território Xakriabá; o processo de implantação de escolas indígenas e algumas práticas educativas que buscam uma educação escolar indígena específica, diferenciada, comunitária e intercultural. Concluimos que a escola indígena tem papel importante no processo de lutas pelo direito ao território e na luta constante dos Xakriabá por direitos.

Palavras-chave: educação intercultural, Calendário Socionatural, território, povo Xakriabá.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
Nossas trajetórias de vida.....	7
Os passos que conduziram esse trabalho	13
CAPÍTULO I.....	16
Sobre o Território Xakriabá.....	16
CAPÍTULO II.....	20
Escola no Território e a Função Social da Educação Escolar Indígena Xakriabá.....	20
Um pouco sobre o trabalho com o Calendário de Acompanhamento da Natureza e da Vida do Povo Xakriabá.....	26
CAPÍTULO III.....	30
Escola na aldeia: um pouco sobre a Escola Indígena Oaytomorim.....	30
Aldeia Prata.....	30
Histórico da Escola Oaytomorim.....	31
Estrutura da escola.....	34
Algumas práticas desenvolvidas pela escola da aldeia Prata numa perspectiva intercultural e a relação com o Calendário Socionatural.....	36
CAPÍTULO IV.....	44
RETOMADAS.....	44
Retomadas e territorialidade.....	44
A integração Escola e Território no processo de retomada.....	50
Bloqueio de estradas.....	54
Encontro no território Xakriabá: Território e sustentabilidade.....	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
REFERÊNCIAS.....	61

INTRODUÇÃO

Nossas trajetórias de vida

Decidimos fazer este trabalho de pesquisa juntas, pois, apesar de nossa diferença de idade, temos nossa trajetória de trabalho lado a lado e acompanhamos grande parte do desenvolvimento e diferenciação da educação escolar indígena; moramos na mesma aldeia, trabalhamos na mesma escola e contribuimos sempre nos planejamentos dentro e fora do território Xakriabá. A partir dos conhecimentos adquiridos no Curso de Formação Intercultural para Educadores Indígenas e também nossa participação no II Congresso Internacional Paulo Freire: o legado global, como ministradoras da oficina “Um Currículo a partir do Calendário Sociocultural”, promovido pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais no período de 28 de abril a 01 de maio de 2018 surgiu o interesse de divulgar e contribuir para uma educação sociocultural e “territorializada”, como é descrita por CORRÊA XAKRIABÁ (2018), considerando ainda a parceria com a organização interna do povo Xakriabá.

Eliane



Figura 1: Eliane. Foto: arquivo pessoal. (2019)

Eu, Eliane Pereira de Araujo Neves, comecei a conhecer o espaço escolar por volta dos 07 anos de idade, acompanhando a minha irmã, Diana. Nesta fase, aprendi a codificar e decodificar as primeiras letras do alfabeto. No ano 1991, ingressei com matrícula, na 1ª série do Ensino Fundamental na escola da Prata, que se denominava como Escola Municipal Alvarenga Peixoto. Até então, não era chamada de Aldeia, pois não tínhamos conhecimento de quem éramos. Apenas nos tratavam como caboclos, uma vez que o modelo de educação escolar era a partir da visão do professor não indígena, o qual jamais daria abertura para a afirmação da identidade Xakriabá. Quando algum estudante não conseguia resolver alguma lição, era punido com palmatória nas mãos (os chamados “bolos”). Aqui estudei até a 3ª série. Neste período, havia professores da cidade que iam ministrar aulas. Porém, como era distante, faltavam constantemente. E, nas suas ausências, a professora Joana Marcos de Souza Mota¹, que atuava como merendeira, desenvolvia as funções dos professores.

No ano de 1994, já na 4ª série, fui estudar na cidade de Itacarambi e lá permaneci e concluí o Ensino Médio Regular no final do ano de 2001. No início daquele mesmo ano, houve um processo de seleção e escolha de professor indígena para atuar na escola da Aldeia Prata. A avaliação era a elaboração de uma redação sobre o povo Xakriabá. Após análise, o meu texto foi aprovado em primeiro lugar; e o da minha irmã, Diana, em segundo. Porém, como era apenas 01 vaga e, na data, eu não tinha concluído o Ensino Médio, cedi a vaga para ela, com o apoio da comunidade.

Em 2002 fui selecionada através de prova escrita, apoio de lideranças e o Cacique Rodrigão, para atuar no cargo de Auxiliar de Secretaria, na Escola Estadual Indígena Bukimuju, criada no ano de 1997 na Aldeia Brejo Mata Fome. Devido à distância, no início fiquei morando na casa de uma amiga, depois fui morar na casa de Lia (Maria Xavier de Oliveira da Silva) até 2005.

No final do ano de 2002, participei das discussões e criação da Organização da Educação Indígena Xacriabá (OEIX), para a qual fui indicada como Secretária suplente até 2007. Naquele mesmo ano, em decorrência de algumas mudanças na Diretoria, fui indicada como Coordenadora suplente.

Em 2005 tivemos conhecimento sobre reserva de vagas em universidades para indígenas através de uma visita de representantes da Universidade de Montes Claros

¹ Dona Joana foi uma das primeiras professoras indígenas Xakriabá, tendo sido contratada pelo município de Itacarambi em 1978. Ela se formou no magistério da primeira turma do Programa de Implantação das Escolas Indígenas em Minas Gerais. Sua trajetória, que se confunde com a trajetória da educação no território Xakriabá, pode ser conferida no livro “O tempo passa, a história fica – vol. 2” (Oliveira, Alkimin e Miranda, 2020).

(Unimontes). Fiz o vestibular para Graduação em Pedagogia e fui aprovada. O curso funcionava no Campus do município de Januária, há aproximadamente 100 quilômetros da aldeia e tinha duração de 04 anos. Ingressei. Naquele período, trabalhava pela manhã e me deslocava de moto até a cidade de São João das Missões e ia de ônibus até Januária. Aquele curso não aceitava que se realizassem as atividades de Estágio em escola indígena Xakriabá, porque as escolas não possuíam supervisor.

No ano de 2008 ocorreu o desmembramento e criação da escola da Aldeia Prata, a qual pertencia como segundo endereço, à Escola Estadual Indígena Bukimuju. Com essa mudança, fui transferida para atuar na Secretaria da escola recém criada.

Em 2011, atuei pela primeira vez como professora, em substituição à Licença Maternidade da minha irmã, Diana, num período de 06 meses, com aulas de Inglês no Ensino Médio Regular.

Além do cargo de secretária, em 2012 comecei a atuar como professora eventual, que também desenvolve as funções de coordenação pedagógica da escola. Com o passar do tempo, surgiu vaga para Supervisor Pedagógico, porém preferi permanecer como Coordenadora Pedagógica, uma vez que era designada como Especialista da Educação Básica e eu não me sentia bem com a nomenclatura “supervisora”, mesmo sendo graduada em Pedagogia. Naquele mesmo ano participei, por curiosidade, do Concurso Público Estadual de Minas Gerais para o cargo de Supervisor e fui classificada em primeiro lugar no meu município. Entretanto, não me interessei em tomar posse, devido as vagas terem sido disponibilizadas para escola não indígena. E ainda, em 2012, me casei e dei à luz ao meu primeiro filho, Davi.

No final de 2013 fui indicada para atuar como professora Orientadora do Programa Saberes Indígenas na Escola, com duração de mais de 02 anos; o qual tinha o objetivo de produção e publicação de materiais didáticos e paradidáticos, específicos para as escolas indígenas. Com esse programa, conseguimos construir e publicar diversos materiais escritos e de áudio visual para serem utilizados nas escolas. E pela Escola Oaytomorim, em 2015, foi publicado o livro “*Frutas e Frutos dos Quintais Xakriabá*”.

Em 2016 fui indicada pela comunidade para a função de Diretora da Escola Estadual Indígena Oaytomorim da Aldeia Prata. E, também fui aprovada no vestibular do Curso de Formação Intercultural para Educadores Indígenas, na área de Línguas, Artes e Literatura da Faculdade de Educação/Universidade Federal de Minas Gerais (FaE/UFMG).

Em 2017, tive o meu segundo filho, Elias.

No início do curso, participei de uma palestra num Encontro do *Curso de Formação de Professores na Temática das Culturas e História dos Povos Indígenas* (CUPI), ofertado pela FaE/UFMG – Belo Horizonte. Nele, havia a participação de diversos Educadores, de diferentes regiões de Minas Gerais. Ao mostrar uma imagem (foto) de nossos estudantes desenvolvendo atividades de pesquisa sobre “Frutos e frutas dos quintais Xakriabá”, debaixo da árvore, especificamente em um pé de manga, no quintal da casa de uma professora fui questionada. Ou seja, me perguntaram “como conseguiríamos cumprir os 200 dias letivos anuais de aula, se aquele momento estava parecendo um recreio”?

Isso me deixou incomodada, porém trouxe mais fôlego para a minha resposta, na qual, oportunamente, trouxe algumas reflexões acerca do nosso modo próprio Xakriabá de desenvolver práticas educativas, uma vez que a nossa relação com o território é bem mais forte do que as amarras de um sistema de imposições, que muitas vezes nos limita com suas grades curriculares e horários.

Independentemente do tempo e do espaço, há possibilidades de aprender constantemente. E para reforçar, ressalto que “o saber não ocupa lugar” [palavras da liderança Senhor Valdemar Xavier dos Santos (Saudoso Seu Valdim *in memoriam*).]

Lia



Figura 2: Maria Xavier (Lia). Foto: arquivo pessoal. (2019)

Me chamo Maria Xavier de Oliveira da Silva, conhecida como Lia. Comecei minha trajetória acadêmica desde os 07 anos de idade na Escola Municipal Dona Maricota Pinto, onde estudei da 1ª até a 4ª série. Parei os estudos com 11 anos, por morar em zona rural, onde meus pais trabalhavam em uma fazenda. Aos 17 anos meus pais resolveram morar na cidade, no município de Machacalis - Minas Gerais e aos 18 anos retomei meus estudos; trabalhava em casa de família e estudava à noite, na Escola Estadual José de Alencar. Aos 22 anos conclui o Ensino Fundamental. Logo após, decidi ir para Belo Horizonte. Continuei trabalhando durante o dia e estudava à noite na Escola Estadual Ana de Carvalho Silveira e conclui o Ensino Médio Técnico em Contabilidade no ano de 1990. Continuei morando em Belo Horizonte com o pai de meu filho mais velho, de nome Vinícius, mas por motivo de alcoolismo da parte dele, nossa união foi interrompida; eu e meu filho que estava com 11 meses de vida fomos morar no interior de São Paulo, numa cidade chamada Igarapava, juntamente com meus tios. Lá trabalhei de ajudante geral em um restaurante e no corte de canas.

Em 1994 fui indicada por uma de minhas irmãs que trabalhava no Território Xakriabá como professora. Até hoje minha irmã atua na FUNAI (Fundação Nacional do Índio) porém, na sede que está localizada em Governador Valadares. Ela me indicou ao Cacique Manoel Gomes de Oliveira (Rodrigão), para trabalhar como professora substituta, com estudantes de 1ª e 2ª séries na Aldeia Brejo Mata Fome. Ao término de 04 meses o cacique me ofertou outra substituição na Aldeia Sumaré II, onde permaneci por 06 meses trabalhando com estudantes de 1ª à 4ª séries (turmas multisseriadas), nesta última escola a professora que lecionava era moradora da cidade de Itacarambi. Percebi que os estudantes não tinham conhecimento de sua identidade indígena e tive o prazer de informá-los. Eles não sabiam nem em que ano estudavam; e os que estavam na 3ª e 4ª séries mal sabiam escrever o nome. Assim adquiri a minha primeira experiência na educação.

Me relacionei com um indígena da Aldeia Sumaré II e no final do mês de janeiro do ano de 1995 fomos morar em Colina, São Paulo, com o objetivo de trabalhar em lavouras. Em setembro daquele mesmo ano nasceu meu segundo filho, de nome Maurício e em fevereiro do ano de 1998, tive o meu terceiro e último filho, Fabrício. Quando este estava com 02 meses de idade, recebi um telegrama de minha irmã, que por convite do senhor Rodrigão era para eu voltar, morar e trabalhar na escola, pois, devido à luta, já tinham conquistado a Educação Escolar Indígena. Daquela vez fui trabalhar na Secretaria da Escola Estadual Indígena Bukimuju, primeira escola criada, que atendia a todos os estudantes deste território nos anos iniciais até o desmembramento para outras aldeias. Tive a oportunidade de novamente atuar

com estudantes de 5ª série em 2009; e no ensino médio em 2010. No ano seguinte vim morar na Aldeia Prata, continuei exercendo os trabalhos na secretaria da Escola Estadual Indígena Oaytomorim. Em 2013, além do cargo da secretaria, também atuava como Professora de Ensino do Uso da Biblioteca. Atualmente, a minha função é Auxiliar de Secretaria.

Sou reconhecida pelos Xakriabá e sempre contribui para o desenvolvimento social e cultural do povo.

Para aprimorar meus conhecimentos e me profissionalizar, no ano de 2016 me formei na primeira turma do Curso Técnico de Magistério Indígena na Escola Estadual Indígena Bukimuju – Aldeia Brejo Mata Fome. Naquele mesmo ano ingressei no curso de Formação Intercultural para Educadores Indígenas, da área de Línguas, Artes e Literatura – pela Faculdade de Educação/Universidade Federal de Minas Gerais - Belo Horizonte.

Em meados de 2017, fui indicada pelas lideranças e comunidade escolar para atuar na função de Diretora, em substituição à licença maternidade de Eliane.

Em uma das disciplinas aplicadas nesta atual trajetória, a professora Shirley nos levou até uma escola de Belo Horizonte para observarmos se a instituição trabalhava com a interculturalidade. A partir daquela observação, passei a comparar com nossos métodos de ensino na aldeia e interessar-me em realizar este trabalho de pesquisa.

Assim, o nosso percurso acadêmico e os conhecimentos adquiridos, articulados em diferentes espaços, dentro e fora do território indígena, como: aulas, palestras, encontros, reuniões, seminários, congressos, possibilitam oportunidades para se discutir e refletir em relação a afirmação da identidade indígena, bem como acerca da tão sonhada Educação Escolar Indígena específica, diferenciada, comunitária e intercultural.

Os passos que conduziram esse trabalho

Para a realização deste trabalho, recorremos aos nossos registros sobre as atividades da escola Oyatomorim e parte de nossa trajetória. Entrevistamos o Senhor Valdemar Ferreira dos Santos, de 73 anos, por ser um ancião da comunidade e liderança há aproximadamente 20 anos. Ele é referência dentro e fora do território Xakriabá devido ao seu conhecimento, participação, articulação na luta pelos direitos indígenas e por se preocupar com a ampliação do território para a melhoria de vida do povo.



Figura 3: Foto de Seu Valdemar trançando palhas do *coco dema* utilizadas para fazer chapéu. Foto retirada do trabalho de pesquisa sobre “Tipos de coqueiros”, realizada com estudantes do Ensino Médio da Escola Oyatomorim da Aldeia Prata. Foto: Danilo Pinheiro da Silva. (2019)

Considerando que um dos objetivos desta pesquisa foi mapear práticas relevantes que colaboram com o fortalecimento cultural diante dos paradigmas de um sistema de Estado colonizador, para se chegar, de fato, a uma educação escolar indígena específica, diferenciada, comunitária e intercultural, entrevistamos também, sua vice-liderança, Diana Pereira de Araujo Rocha, de 40 anos, graduada no Curso de Formação para Educadores Indígenas, na área de Línguas, Artes e Literatura. Ela é professora há 19 anos; é vice diretora da Escola Estadual Indígena Oyatomorim há mais de 04 anos; e também é pioneira, por se apropriar e disseminar a proposta de se trabalhar com o Calendário Socionatural ou Calendário de Acompanhamento da Natureza e da Vida do Povo Xakriabá da Aldeia Prata, o qual tem como referência as atividades do dia a dia da comunidade, sua relação com o território e também com a natureza.



Figura 4: Diana. Foto: Dilvan Ferreira Rocha. (2020).

A escolha das conversas informais e entrevistas semiabertas como instrumentos de coleta de dados deve-se ao fato de proporcionar um espaço no qual os entrevistados emitem suas opiniões abertamente, por serem conhecedores do território, tema que norteia esta pesquisa. As suas palavras nos guiam na organização das partes deste trabalho.

Utilizamos registros da escola, como o Projeto Político Pedagógico, o qual ajudamos a construir. Em nossa trajetória, no território, sempre estivemos envolvidas nos registros do que é discutido e encaminhado nas assembleias, reuniões, encontros. Por isso, para fundamentar este trabalho recorreremos também às atas de reuniões da ocupação e reuniões da escola; e buscamos alguns dados do que era tratado nesses eventos e registrados por nós, por exemplo, no período da última retomada, bloqueio de estrada, bem como acerca do cotidiano da escola e da comunidade.

Foi feita uma pesquisa bibliográfica fundamentada em autores indígenas à saber: CORREA XAKRIABÁ (2018), ROCHA (2011 e 2018), CRUZ (2013), ABREU (2018), ARAUJO (2018) e outros. Recorreremos também a pesquisadores não indígenas que tratam da temática, numa abordagem que reconhece e valoriza os indígenas como sujeitos, sendo assim,

nossos colaboradores, como: SILVA (2016), PEREIRA (2013). Consultamos também o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (1998) entre outras legislações.

Atualmente a luta do povo indígena não é somente por terra, mas pela retomada e garantia dos direitos básicos como Educação, Saúde e Território. E assim a participação das escolas é instrumento de grande importância e isso precisa ser mostrado para o sistema dominante.

CAPÍTULO I

Sobre o Território Xakriabá



Figura 5: Imagem de Satélite da Terra Indígena Xakriabá. Fonte: Google Earth (2013)

Os sábios mais velhos contam que o nosso povo, ao longo do tempo, foi enganado pelos invasores, tiveram seus direitos violados e suas terras reduzidas. Alguns desses conhecimentos sobre a nossa história, não aparecem escritos nos livros didáticos. Passamos a conhecer ao ouvir de nossos anciãos o que aconteceu com o nosso povo e com o nosso território no passado, o que se torna relevante repassar de geração em geração. E para compreender melhor, Seu Valdemar (2019) relata um pouco sobre isso:

Quando fala em território...começou em 1728 quando os bandeirantes europeus chegaram onde hoje é a cidade de Matias Cardoso, construída neste mesmo ano para explorar minérios. De lá, de Matias Cardoso, avistaram o morro do Jequitibá. Então, eles inventaram de vir, por terra, para ver onde era esse morro para explorar mineração. Porém, não sabiam que aqui existiam os “índios Xakriabá”. Quando chegaram no local que hoje é São João das Missões, era mês de junho e os índios estavam festejando o São João. E eles ficaram por ali... e perguntaram aos índios: “você não pretende uma igreja para festejar?” Como os índios eram espertos, se perguntaram: “Vocês querem é tomar nossas terras”. Mas, com o tempo foram enganados, ensinaram eles a fumar, beber cachaça e foram negociando... até conseguiram convencer a fazerem uma igreja, num local que até então era um cemitério. E aí eles trabalhando numa roça por ali, acharam um santo, o qual a enxada rancou um tampinho da cabeça dele. E os bandeirantes, resolveram levar ele para Matias Cardoso, já que os índios não queriam construir a igreja, porém como tinha ciência... no outro dia, o santo amanheceu no mesmo local, no pé do toco. Levou para o Brejo do Amparo e ele veio; levou pro São Francisco e ele veio. Aí

não sabiam o que fazer com ele, pois era morador de lá. Aí fizeram a igreja, depois que arrancou o tampinho da cabeça do santo e eles puseram de ouro, aí acabou a simpatia, acabou a ciência...descobriu, morreu! (Trecho da Entrevista com Seu Valdemar em: 13 de julho de 2019)

Assim, percebemos que, não tem como falar do presente, sem buscar os conhecimentos do passado. Nas histórias que se refere aos bandeirantes, eles são considerados heróis desbravadores, fizeram a colonização das terras brasileiras acontecerem e são homenageados com estátuas em praças públicas.

Por outro lado, no ponto de vista indígena, configurado nas falas do Seu Valdemar, entendemos melhor como foi o processo de invasão das terras indígenas; eles enganaram, invadiram, exploraram, escravizaram, proibiram a prática da cultura; principalmente através da catequização, impediram o uso da língua materna, causaram muita destruição nas organizações internas e perda das ciências tradicionais.

Para o nosso povo, a ciência do território, é considerada sagrada e tem seus segredos; e se descobrir, perde o encanto.

As limitações do território advindas da violência praticada por Januário Cardoso de Almeida acabaram gerando uma grande diminuição do território tradicional Xakriabá, levando os indígenas a abandonarem muitos dos recursos naturais existentes às margens do rio São Francisco. Recursos como a caça, pesca e, principalmente, o uso de plantas medicinais que existiam apenas naquelas regiões. Sobre esse assunto, o Seu Valdemar (2019) relata que:

Como os índios já tinham ajudado os governos de São Paulo e da Bahia fornecendo ouro...procuraram e pediram para separar uma terra para esse povo que já tinha ajudado eles. Aí o governo autorizou. Mas ele tinha um filho que tinha dois nomes: Mestre Campos, por ser explorador do campo e Januário Cardoso, filho de Matias Cardoso. Como o Januário conhecia tudo, já que o governo autorizou, este falou que ia sair bem cedo. De tardinha... “se eu chegar no mesmo lugar, esta terra demarcada vai ficar para os caboclos”. Aí ele saiu lá de Matias Cardoso, pegou o córrego das Traíras, dizendo que ele andou, mas não andou; ele conhecia o campo e fez o documento; fez um papel com todos esses limites: porque ele sair, pegar esse rio Itacarambi, sair nas Pedrinhas, cabeceira de Lagoinha, Alto da Boa Vista e sair no Peruaçu e tornar sair na beira do rio, [no mesmo dia] ele não dava conta não. Eles acharam que ele caminhou, mas ele conhecia o campo. Metade do rio Peruaçu, que era muita água, que achávamos que nunca ia acabar e morreu; a metade da água era nossa e esse córrego daqui também, a metade era nossa; e três léguas de beira de rio São Francisco. (Trecho da entrevista com Seu Valdemar, 2019)

Com seu território reduzido e a violência dos diferentes contatos, o povo Xakriabá, sofreu grandes perdas de suas tradições. Depois dos primeiros contatos com Mathias Cardoso, no século XVII, o mesmo proibiu os indígenas de usarem a sua língua materna como língua principal. Esta pertencente ao tronco linguístico Macro-jê; e à família linguística Akwe, a qual se aproxima das línguas dos povos Xerente e Xavante. Sobre a relação desses povos dos três

X e de acordo com narrativas Xakriabá, “reconhecem-se como parentes e guardam na memória que historicamente compartilharam território e faziam parte de uma única família, para além do parentesco linguístico”. (CORRÊA XAKRIABÁ, 2018, 24).

Conforme é registrado no livro “O tempo Passa e a História fica – vol 1” (publicado em 1997), no dia 12 de fevereiro do ano 1987, ocorreu a chacina na Aldeia Sapé, que ocasionou a morte do líder Rosalino Gomes de Oliveira e de mais dois indígenas, José Pereira Santana e Manoel Fiuza da Silva. Este trágico episódio de derramamento de sangue teve grande repercussão na época, por ser o primeiro com julgamento e condenação dos assassinos. No entanto, a pena foi branda, ficaram pouco tempo presos. E do ponto de vista Xakriabá houve impunidade. Mesmo assim, o povo se manteve unido para continuar na luta pelo território e reafirmação da identidade.

A Terra Indígena Xakriabá está localizada no extremo norte de Minas Gerais, município de São João das Missões, em um território com aproximadamente 53 mil hectares de área demarcada, podendo chegar num total de 96 mil hectares, com as áreas que estão em processo de retomada. A região possui vegetação variada como *tabuleiro* (cerrado) e matas. O clima é seco, na maior parte do ano. Limita-se com as cidades de São João das Missões, Manga, Miravânia, Itacarambi e Januária. O território está localizado em uma região rochosa e montanhosa, com poucas áreas planas que inviabilizam a produção de alimentos. Nossa terra é dividida atualmente em aproximadamente 42 aldeias e subaldeias, sendo elas: Brejo Mata Fome, Tenda/Rancharia, Morro Vermelho, Boqueirão, Prata, Custódio, Caatinguinha, Riachinho, Riacho Comprido, Olho D’aguão, Imbaúba I, Imbaúba II, Pedra Redonda, Riachão, Riacho do Brejo, Terra Preta, Morro Falhado, São Domingos, Santa Cruz, Itapicuru I, Itapicuru II, Sapé, Brejinho, Barreiro Preto, Sumaré I, Sumaré II, Sumaré III, Vargens, Poções, Barra do Sumaré I, Barra do Sumaré II, Itacambizinho, Forges, Riacho dos Buritis, Pedrinhas, Peruaçu, Pindaibas, Vargem Grande, Caraibas, Dizimeiro, Veredinha, Olhos D’água dos Pimentas. Podendo esse número variar, conforme os processos de retomada. Estima-se uma população atual de aproximadamente 12 mil indígenas, os quais se organizam nestas localidades.

Em todo o território há uma organização interna, na qual atualmente existem caciques, lideranças e vice-lideranças. Tanto os caciques, como as lideranças são escolhidos a partir de diversos fatores, como: a trajetória de vida de cada um; a descendência familiar, o respeito e confiança que recebem da comunidade, por ter contribuído para o desenvolvimento do grupo social, por ser mais velho e/ou sábio, por ser escolhido pelo pajé ou ancião da aldeia; bem como participação ativa nos processos de luta pela ampliação do território (ABREU, 2018).

Com a retomada das aldeias Vargem Grande e Caraúbas, João Batista dos Santos (conhecido como João de Jovina) se tornou Cacique. Sobre a atuação das lideranças, recorreremos à Diana Xakriabá (2019), por ser uma vice-liderança, para nos contar um pouco de sua experiência, a qual nos relata que:

(...) a gente sabe que as pessoas necessitam de ter alguém como referência em algumas tomadas de decisões também, que é importante nesse diálogo, não só aqui com o povo Xakriabá mas também lá fora, com outros órgãos. Então é importante, essa participação. E as pessoas, quando necessitam, sabem em quem vem, às vezes pegar um conselho ou alguma coisa para resolver, acho que é isso. (Relato da vice-liderança, Diana, 2019)

Assim, evidenciamos que essas pessoas são referências por se organizarem para tomar decisões que beneficiam cada aldeia e/ou território. Os caciques e lideranças têm o poder de tomar decisões pela comunidade, considerando também que esta participe ativamente nas organizações sociais, reuniões, assembleias, encontros, retomadas, manifestações de busca pelos direitos, dentro e fora do território.

CAPÍTULO II

Escola no Território e a Função Social da Educação Escolar Indígena Xakriabá

O povo Xakriabá, assim como outros povos originários do Brasil, possui um histórico marcado de lutas e resistência, diante de tantas violações de direitos. E assim, relataremos, em linhas gerais, um pouco da luta para que o povo tivesse acesso à educação escolar indígena.

Para os mais velhos, ter domínio da leitura e escrita era uma forma de se defender dos grileiros e posseiros, identificando o conteúdo de algum documento, bem como adquirir a capacidade de elaborar cartas aos órgãos competentes, para denunciar as violências sofridas. E por um bom tempo, houve a atuação de professores leigos, que atendiam grupos de estudantes de diferentes faixas etária, em casas de família. Algumas pessoas pagavam esses professores, pois era uma forma de terem acesso ao conhecimento dos brancos para se defender.

Até meados da década de 90 existiam poucas escolas. As mesmas eram atendidas pelo município de Itacarambi que enviava professores para ministrar aulas em algumas comunidades que tinham prédios construídos. Suas aulas eram na base do giz. Este, “que historicamente foi usado como ferramenta sofisticada de colonização, por meio da política educacional brasileira”, (CORREA XAKRIABÁ, 2018, 196). Além disso, a relação com os professores de fora era marcada por grande violência, como o uso de palmatória. Este objeto era utilizado para bater nas mãos (*bolos*) dos indígenas como punição, diante de um suposto erro. E isso causava sofrimento para quem apanhava e constrangimento para quem batia; pois o professor obrigava um colega a bater no outro.

Havia também uma descontinuidade na trajetória da escola, pois na maioria das vezes, os professores não adaptavam à realidade indígena e iam embora sem dar satisfação e sem dar retorno de algum registro da vida escolar dos estudantes.

A partir da luta coletiva e a conquista do reconhecimento em alguns marcos jurídicos², a proposta do Parecer 06/2014, do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno, destaca

² Destacamos aqui alguns fundamentos legais da Educação Escolar Indígena: Constituição Federal de 1988; Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, promulgada no Brasil por meio do Decreto nº 5.051/2004; Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas de 2007; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); Decreto nº 6.755/2009, que institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica; Decreto nº 6.861/2009, que dispõe sobre a Educação Escolar Indígena e define sua organização em territórios etnoeducacionais; Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos definidas no Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica (Parecer CNE/CEB nº 13/2012 e Resolução CNE/CEB nº 5/2012).

que “o direito dos povos indígenas a uma educação escolar pautada no respeito aos seus processos próprios de ensino e aprendizagem e ao uso de suas línguas está ancorado em ampla base legal”.

Diante desse reconhecimento e garantia das especificidades às populações indígenas de terem direito à uma Educação Escolar Diferenciada, Intercultural e Bilíngue, é que as coisas começaram a tomar um novo rumo.

A partir de 1995, em decorrência dos movimentos, organização e uma parceria entre os povos indígenas a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e o Instituto Estadual de Florestas (IEF) deu início ao Programa de Implantação de Escolas Indígenas de Minas Gerais (PIEI/MG). Neste programa ingressaram cerca de 40 professores Xakriabá, indicados pelo Cacique Manoel Gomes de Oliveira (Rodrigão) e lideranças para cursarem o Magistério Indígena, o qual habilitava para atuar em sua própria comunidade, com turmas de 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental.

Assim, a partir de 1997, apesar dos desafios, esses professores assumiram as escolas indígenas, sendo que a maioria funcionava embaixo de árvores, barracos e outros locais cedidos pela comunidade. Sobre este assunto CORREA XAKRIABÁ (2018, 118) relata:

Desde 1997, as escolas do território Xakriabá, antes vinculadas ao município de Itacarambi, passaram a ser vinculadas ao Município de São João das Missões, naquele momento com a atuação de professores não indígenas. Em julho do mesmo ano, os professores da comunidade, que estavam cursando o Magistério Indígena, começam a atuar nas aldeias, substituindo os professores não indígenas. Mas o prefeito de São João das Missões não aceitava a contratação desses jovens nas escolas da comunidade, pois alegava serem incapazes, reproduzindo um discurso de que os jovens professores Xakriabá "não dariam conta de atender às turmas", além disso existia um questionamento pelo fato de que alguns professores ainda eram "menores de idade". Diante da resistência por parte da administração do município, foi formada então uma comissão que era composta por cacique, lideranças da comunidade e representantes da Secretaria de Educação do município, que se reuniram com o prefeito para tentar resolver esse impasse.

Diante dessa situação de negação de direito, as lideranças, o cacique Rodrigão que na época era vice prefeito do município, juntamente com os professores bateram de frente e com o apoio dos parceiros da UFMG, FUNAI e SEE provaram que eram capazes de assumir os processos educativos de nossas escolas. Ainda no ano de 1997, foi criada a primeira escola Xakriabá, denominada Escola Estadual Indígena Bukimuju, com Sede localizada na Aldeia Brejo Mata Fome, a qual administrava as demais aldeias, dentre elas, a Prata. Com a criação desta escola, no início de 1998, foi indicado pelo Cacique Rodrigão, lideranças e comunidade o professor José Nunes de Oliveira para assumir a direção, se tornando o primeiro diretor indígena Xakriabá e em 2004, foi eleito como prefeito do município de São João das Missões.

Com o passar do tempo e o aumento dos estudantes houve a necessidade de desmembramentos para melhor atender às demandas das comunidades. Assim, sequencialmente, foram criadas outras escolas, como: Escola Estadual Indígena Xukurank (Aldeia Barreiro Preto); Escola Estadual Kuhinan Xacriabá (Aldeia Tenda/Rancharia); Escola Estadual Indígena Bukinuk (Aldeia Sumaré I); Escola Estadual Indígena Mambuka (Aldeia Morro Falhado); Escola Estadual Indígena Uikitu Kuhinã (Aldeia Riacho dos Buritis); Escola Estadual Indígena Oaytomorim (Aldeia Prata); Escola Estadual Indígena Aldeia Riacho do Brejo (Manykã); Escola Estadual Indígena Aldeia Itapicuru (Bukikai) e Escola Estadual de Educação Infantil e Ensino Fundamental – Aldeia Caatinguinha (Siwamhakwa).

Estas três últimas escolas citadas não tiveram ainda, a mudança de denominação para nome indígena publicada, devido à morosidade da SEE em atender à Educação Indígena. Mas, a comunidade já utiliza o nome escolhido como forma de fortalecer a revitalização da língua.

Atualmente, existem 10 aldeias com escola sede e seus respectivos segundos endereços, à saber: Brejo Mata Fome (Sede) - Riachinho, Olho D'aguão, Imbaúba I, Imbaúba II, Pedra Redonda, Terra Preta e Riachão; Tenda/Rancharia (Sede) - Morro Vermelho e Boqueirão; Prata (Sede) - Riacho Comprido; Caatinguinha (Sede) – Custódio; Morro Falhado (Sede) - Barra do Sumaré I, Barra do Sumaré II; Itapicuru I (Sede) - Itapicuru II, São Domingos, Santa Cruz e Sapé; Barreiro Preto (Sede) – Brejinho, Veredinha e Olhos D'água dos Pimentas; Sumaré I (Sede) - Sumaré II, Sumaré III, Vargens, Peruaçu, Vargem Grande/Caraíbas e Caatinguinha (Ensino Médio); Riacho dos Buritis (Sede) - Pindaíbas, Poções, Itacarambuzinho, Forges e Pedrinhas e Riacho do Brejo (Sede).

No decorrer dos tempos, a maioria dos professores conseguiu alcançar o nível de formação superior através do Curso de Formação Intercultural para Educadores Indígenas da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, para atender aos diversos níveis de ensino que existem nas escolas. Esse curso possui um currículo diferenciado para atender às demandas dos povos indígenas na conservação de suas culturas.

Os educadores indígenas possuem um perfil que busca a revitalização do que estava adormecido, não somente no espaço escolar, mas principalmente através dos relatos dos mais velhos, para ser repassado para as novas gerações.

A escola indígena não é considerada apenas como um espaço onde se desenvolve habilidades de leitura e escrita, é necessário compreender a relação entre esta instituição e o território na organização social do povo Xakriabá.

Diante do processo de mudanças e conquistas pelos povos indígenas, BANIWA (2010) destaca:

...é necessário reconhecer a significativa mudança na forma da relação. Em pouco tempo, os povos indígenas, de tutelados e incapazes, passaram a ser considerados e muitas vezes tratados como sujeitos de direitos. Apenas como exemplo, podemos citar algumas conquistas importantes nessa direção, como são: i) os espaços de poder conquistados embora ainda em níveis locais ou nacionais de menor relevância, como prefeituras, câmara de vereadores, secretarias estaduais e municipais, ii) espaços e instrumentos de consultas públicas, tais como: conferências nacionais, estaduais e municipais que tratam de políticas públicas de seus interesses, iii) espaço no mundo acadêmico e iv) espaços formais deliberativos e consultivos de representação e controle social.

E para o povo Xakriabá, em sua organização, a presença de *escola indígena* também é essencial na luta pela garantia dos direitos e gestão do território.

Ainda, segundo BANIWA (2010) “para os povos indígenas a instituição escolar é hoje uma espécie de ‘mal necessário’ qualquer que seja sua vertente político-pedagógica e ideológica”.

Em relação à gestão das escolas, é imprescindível a presença da organização interna Xakriabá de Caciques e Lideranças na tomada de decisões sobre o funcionamento e organização dos aspectos administrativos, financeiros, pedagógicos; além da indicação e avaliação dos recursos humanos. Ou seja, apesar dos desafios, as escolas Xakriabá buscam se manter unidas e com autonomia na construção dos seus objetivos e lutas.

E é neste cenário que entra a escola como um instrumento de reafirmação da identidade indígena, pois, em seu cotidiano busca desenvolver uma educação escolar diferenciada, a partir de uma perspectiva de não fragmentação dos conhecimentos, ou seja, desenvolve-se possibilidades de promover diálogo entre os saberes próprios e os conhecimentos das diferentes culturas.

Um exemplo disso, é a presença dos professores de Cultura Indígena em todas as escolas, os quais são indicados pela comunidade, possuindo algum grau de escolaridade ou notório saber; o que importa é o seu perfil de conhecimentos tradicionais. No entanto, a cada início de ano, para conseguir a contratação desses professores, passamos grandes desafios de enfrentamento à Secretaria Estadual de Educação devido esta não os reconhecer no quadro das escolas.

O papel desses professores de cultura proporciona o desenvolvimento de atividades com crianças, jovens e adultos, como: as diversas pinturas, artesanatos, rituais, cantos, danças, rodas de conversas, além da revitalização da língua materna. Para compreendermos melhor como é desenvolvido o trabalho do Professor de Cultura recorreremos ao professor, Osmar, 30 anos da Escola Oaytomorim Aldeia Prata (2020), o qual relata um pouco da sua experiência e

reforça que o Professor de Cultura tem um papel muito importante dentro das escolas e no território indígena. Ele é um dos responsáveis em repassar aos estudantes conhecimentos que são adquiridos com os nossos anciãos. Conhecimentos esses que estão sendo resgatados e repassados às crianças e jovens. E para ter o direito de contratação desses educadores para atuar nas escolas indígenas, foi uma luta muito grande dos nossos Caciques e Lideranças. Através dessa luta, hoje, nossas escolas têm também o apoio dos Professores de Cultura, que lutam sempre para manter as nossas práticas culturais que vem desde os nossos ancestrais e vai passando de geração para geração.

O educador Osmar enfatiza que em sua prática orienta e incentiva sobre a importância de conhecer, aprender fazer e valorizar os artesanatos que são da nossa cultura. A atuação deste professor é bem abrangente; e destaca que trabalha com as crianças e jovens as pinturas corporais que o nosso povo usa; explica sobre a importância que elas têm, pois são utilizadas como uma forma de proteção e também como forma de nos identificar e se reafirmar como Xakriabá.

Sobre o fortalecimento da espiritualidade são desenvolvidos trabalhos com cantos, danças e rituais; e estes são repassados de forma respeitosa. Ou seja, há momentos ou tempos que não podemos realizar algumas práticas culturais, como exemplo: fazer rituais, dançar e cantar algumas de nossas músicas, pois esses conhecimentos requerem um cuidado muito grande por parte do nosso povo que considera esses atos como sagrados, por ter *ciência*. Esses conhecimentos, aprendemos com os nossos mais velhos e temos essa missão de repassar às novas gerações. A cultura é adquirida e repassada também através de rodas de conversa, nas quais se reúnem jovens, crianças, adultos em um só espaço para compartilhar um pouco do conhecimento vivenciado. Nesse momento, há trocas de experiências entre os mais velhos e juventude, onde são abordados vários assuntos relacionados às nossas práticas culturais.

Outro trabalho desenvolvido é acerca da revitalização da nossa língua materna (Akwe), a qual é uma conquista importante. Há um movimento de fortalecimento de retomada dessa língua através de pesquisa com os mais velhos do nosso território; e também nesse processo o Professor de Cultura é responsável para ajudar e repassar. E assim, enriquecemos cada vez mais os nossos conhecimentos sobre a cultura do povo Xakriabá.

Diante do exposto, percebemos a importância da circulação da cultura através desses educadores, que são referências nas comunidades e também fora do território para o fortalecimento dos costumes tradicionais e busca pelos direitos. Sobre este assunto, PEREIRA (2013, 20) afirma que “o papel a ser desempenhado pelos novos professores de cultura é o de

intérpretes, eles são aqueles que ocupam um lugar de mediação entre as formas de produzir e compartilhar a cultura, fazendo o trânsito entre ‘dentro e fora’ da escola”.

Para reforçar acerca do perfil do educador indígena, CORREA XAKRIABÁ (2018, 127) destaca:

Ser um professor indígena está muito além do simples perfil de formador de cada campo específico de conhecimento. Compreendemos o nosso papel no fortalecimento da cultura indígena, a participação voluntária e solidária para com o outro, sabemos que é imprescindível para a nossa formação continuada ouvir os mais velhos, que são livros vivos da história do passado, presente e futuro. Em nossa compreensão, o educador deve estar ciente de que ele tem que estar sempre pronto a ouvir, ser um mediador do conhecimento, aprender a ensinar e ensinar aprendendo, não ter o conhecimento como algo pronto e acabado, mas viver em constante pesquisa, repassando o que foi aprendido e buscando sempre novos aprendizados.

Desde o início, quando se pensou em ter o Professor de Cultura, a ideia era de que seja uma pessoa de movimento, tanto no território, como também na busca pelos direitos fora das aldeias; capaz de articular os diferentes conhecimentos adquiridos.

Apesar dos desafios em meio às tensões de um sistema de Estado, nos organizamos conforme a nossa realidade. Estamos em busca constante por uma educação escolar indígena específica, diferenciada, comunitária e intercultural. E também desenvolvemos autonomia para articulação dos diferentes saberes locais e outros nos diferentes tempos e espaços.

Nesta concepção, o RCNEI (1998) enfatiza que o professor pesquisador índio tem o desafio de se tornar o mediador no processo pelo qual a escola deixa de ser uma instituição externa ao território e se torna espaço possível de interculturalidade. Assim, a escola indígena se caracteriza pelo perfil de práticas educativas comunitárias, específicas, diferenciadas.

Um pouco sobre o trabalho com o Calendário de Acompanhamento da Natureza e da Vida do Povo Xakriabá

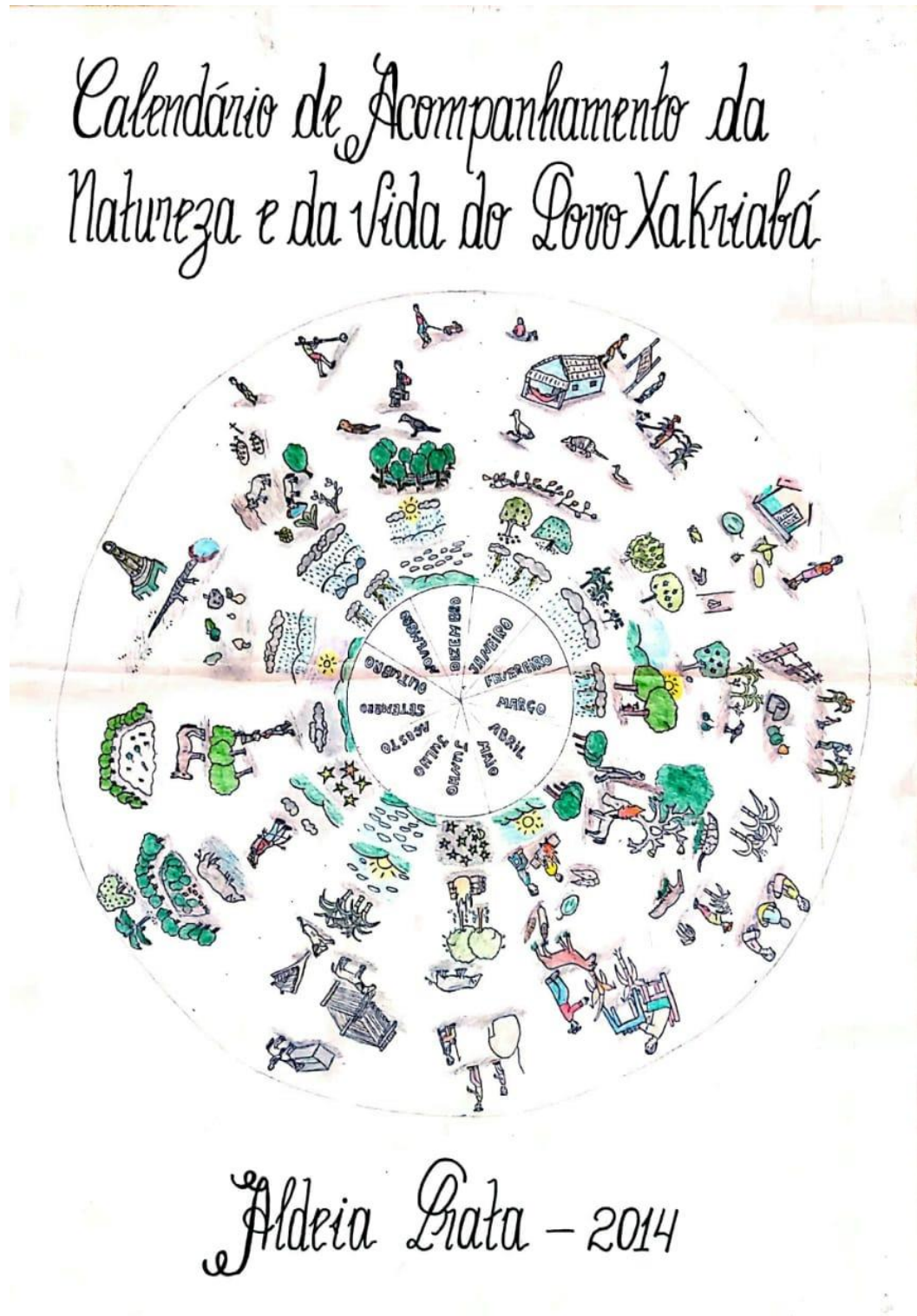


Figura 6: Uma das versões do Calendário construído pela Escola Oaytomorim. É referência para diversas pesquisas. Fonte: Diana Pereira de Araujo Rocha. (2014)

Ainda na intenção de valorizar os costumes do povo e sua relação com a natureza e o território, algumas escolas adotam a proposta de trabalhar com o Calendário lembrando que cada comunidade possui um ciclo de atividades e estas estão intrinsecamente ligadas à escola e seus sujeitos.

Para esclarecer melhor sobre o início dos trabalhos com o Calendário no território Xakriabá, buscamos informação com a professora Diana, a qual relata que a implementação do “*Calendário de Acompanhamento da Natureza e da Vida do Povo Xakriabá*” originou-se no ano de 2009, por ocasião do então curso específico FIEI/PROLIND, na disciplina de ‘Uso do Território’, juntamente com a professora Márcia Spyer.

Os primeiros trabalhos surgiram de uma construção coletiva dos professores-pesquisadores indígenas Xakriabá que faziam parte do Programa Observatório da Educação Escolar Indígena (OEEI) e do Programa de Bolsa de Incentivo à Docência (PIBID), além de outros professores que pertenciam algumas aldeias, como: Brejo Mata Fome, Rancharia, Prata, Sumaré, Barreiro. O calendário é baseado numa proposta teórico-metodológica designada por ‘Método Indutivo Intercultural’ (MII), que foi idealizado por Jorge Gasché, em que as estratégias pedagógicas das escolas indígenas devem partir da realidade vivida em cada comunidade. Sendo assim as atividades são o ponto de partida para o processo de ensino-aprendizagem intercultural. O referido Método propicia o levantamento, a descrição, a análise e a reflexão dos conhecimentos a partir dos componentes da sociedade e da natureza onde as ciências e as técnicas indígenas estão implícitas, tornando esses conhecimentos explícitos.

O calendário permite visualizar como os ciclos da natureza se organizam, possibilitando identificar as mudanças temporais, climáticas, os comportamentos dos animais, dos vegetais, da comunidade, das crianças, dos jovens e adultos. Contribuindo assim para a realização de planejamento educativo nas escolas indígenas, possibilitando e assegurando a integridade da sociedade e da natureza.

A vida do povo Xakriabá é marcada e orientada basicamente por dois grandes tempos distintos de acordo com o que acontece dentro dos ciclos da natureza do território: a) o tempo da seca, que vai de abril a setembro; e b) o tempo das chuvas, que vai de outubro a março. Dentro desses dois tempos identificados pelo professor-pesquisador há inúmeras atividades sociais que possibilitam um chamamento para aprofundar nos conhecimentos da própria realidade. Nesse processo, o professor é considerado um acompanhante, por estar envolvido nos trabalhos da comunidade e deverá ser também um facilitador da aprendizagem; pois não é o único detentor do conhecimento, aprende junto, tanto com as crianças (meninos e meninas), jovens, adultos, idosos (homens e mulheres).

Estudos afirmam que o Calendário está em constante movimento, podendo ser ressignificado de acordo à dinâmica da comunidade; respeitando seus tempos e espaços. Sobre este assunto, SILVA (2016, 92) aborda também que:

O Calendário Socionatural (CS), nome cunhado no México, e Sociocultural, como é chamado no Brasil pelos professores de MG e BA, é um instrumento pedagógico, cujos autores são os professores indígenas, os estudantes e membros das comunidades indígenas. Nele, são registradas as atividades cotidianas mais significativas e a espiritualidade (narrativas cosmológicas) que se sobressaem numa espécie de condensação em forma de figuras (desenhos) e em forma de textos muito sintéticos, que são mais palavras-chave que indicam algumas particularidades, como, por exemplo, em que tempo se desenvolvem as atividades objetivadas no Calendário.

No entanto, no caso das escolas Xakriabá, verificamos que o Calendário surge como uma prática de algumas escolas que buscam voltar o olhar para as atividades que acontecem no dia a dia do território, valorizar o saber fazer, investigar, explicitar e sistematizar os conhecimentos indígenas implícitos na realização das atividades práticas desenvolvidas por mulheres, homens, meninas e meninos. Esta é uma forma de se contrapor às imposições que vem de fora, pois como assinala BANIWA (2010) a escola que conhecemos hoje, é:

...indiscutivelmente criação do mundo ocidental europeu. Ou seja, o modelo da escola expressa a cara, o espírito, a alma e o mundo do mundo europeu. Nessa escola tudo é individualizado e fragmentado, tudo é quantificado (número de alunos, nota, disciplinas, dias letivos, horas de aula, etc.), tudo é disciplinado a partir do poder centrado e autoritário e a organização das atividades e das responsabilidades baseia-se nos princípios de hierarquia, dualismo, oposição, polaridade, subordinação, dominação, punição, medo, obediência passiva. Assim se explica a dificuldade dos povos indígenas entenderem e aceitarem o modelo. O que na verdade eles querem é o que ela produz e não o como e nem o aonde se produz. Essa é a principal questão da escola indígena.

Diante disso, percebemos as dificuldades de promover um diálogo intercultural, pois as grades curriculares dão pouca visibilidade aos conhecimentos tradicionais. A separação dos dias letivos por bimestres, interfere no tempo de aprendizagem das diversidades locais. A atribuição de notas desvaloriza o saber notório do estudante e outras formas de avaliar. A seriação pode causar uma interferência no ciclo de aprendizagem das diferentes faixas etárias. A utilização desenfreada do livro didático é outro problema, pois este, em sua maioria, traz informações descontextualizadas. O controle da frequência, desconsidera os tempos destinados aos aprendizados fora das quatro paredes.

Todas as escolas enfrentam o mesmo desafio para construir uma educação diferenciada e específica, quando se deparam com alguns dilemas oriundos do modelo colonizador que sempre procurou formas de homogeneizar os sistemas de ensino.

Para exemplificar, recordamos aqui alguns desafios vivenciados pelas escolas Xakriabá no período da retomada pelo território no ano de 2013. O contexto da retomada era de muita tensão; estávamos sempre em alerta e temíamos às ameaças dos fazendeiros e seus apoiadores. Naquele processo, houve a necessidade de participação de todo o povo. E com isso, precisamos reorganizar nossos planejamentos. Apesar da distância, tínhamos que conciliar as idas ao local de retomada, às vezes pernoitar em vigília; e trazer o retorno para a comunidade, pois o que aprendíamos lá, era repassado para quem não ia. Esse repasse acontecia em casa para a família, durante as aulas, nas rodas de conversas, nas reuniões.

Frente a isso, as escolas, inclusive a Oaytomorim, se apropriaram desse contexto de luta para repensar práticas educativas.

A partir da incorporação de um Calendário diferenciado e a presença do educador indígena na gestão territorial-educacional, ocorre o que Célia Xakriabá, chama de *amansamento da escola*. Neste processo

A comunidade deixou de se adequar à escola e um movimento inverso foi iniciado: a escola passou a interagir com as experiências vivenciadas pela comunidade, pois não foi a escola que chegou primeiro na comunidade, a comunidade já existia antes da escola. A escola passou a respeitar a cultura local, estabelecendo interlocução com os modos de viver e fazer do Povo Xakriabá. (CORRÊA XAKRIABÁ, 2018, 133)

Com o desenvolvimento de práticas educativas do próprio território, CORRÊA XAKRIABÁ (2018, 138) afirma “que, se o processo de colonização começou por nossas mentes, a indigenização tem que ser diferente, tem que partir das nossas mãos, práticas e de toda elaboração a partir do nosso corpo-território, até chegar em nossas mentes”.

Como é afirmado por (CANDAUI e RUSSO, 2010) a interculturalidade “no âmbito educativo não pode ser reduzida a uma mera incorporação de alguns temas no currículo e no calendário escolar”. Assim, o trabalho a partir de um Calendário diferenciado, não é uma receita pronta, é uma construção decolonial que procura articular os conhecimentos próprios do território com os conhecimentos de outras culturas.

CAPÍTULO III

ESCOLA NA ALDEIA: UM POUCO SOBRE A ESCOLA INDÍGENA OAYTOMORIM

Aldeia Prata

A Aldeia Prata, localiza-se no Território Indígena Xakriabá, município de São João das Missões, situado no Norte de Minas Gerais, Brasil. Segundo as pessoas mais velhas, o lugar possui esse nome porque em partes de seu solo existe a terra branca ou de cor prata e alguns moradores a utilizam fazendo uma mistura com água para *embarrear* (rebocar) as paredes das casas ou até em suas construções. E ainda, quando existiam as nascentes de água, ou cacimbas, como eram denominadas pelos moradores, as mesmas possuíam uma água de cor branca, cristalina, originando-se assim o nome do lugar. A vegetação predominante na Aldeia Prata é o cerrado, conhecido pelos moradores como *tabuleiro* (planalto de pouca elevação). O relevo possui muitas depressões desgastadas pelo tempo, com uma superfície irregular possuindo em seu redor muitos morros. Essa aldeia possui atualmente cerca de 130 famílias e aproximadamente 500 pessoas; tem como atividades principais a agricultura familiar ou de subsistência e criação de animais domésticos; trabalho assalariado de funcionários da Educação e Saúde, aposentados, pensionistas e beneficiários do Programa Bolsa Família. Possui uma escola Sede e dois anexos [sendo um na própria Aldeia (antigo prédio) e outro na Aldeia Riacho Comprido]; conta ainda com um posto de Saúde. Em sua organização há uma liderança e uma vice-liderança, os quais conduzem a comunidade, em parceria com a organização interna do povo Xakriabá e outros segmentos.

Histórico da Escola Oyatomorim



Figura 7: Foto do Prédio antigo da escola. Momento de reunião na aldeia Prata. Arquivo pessoal (2017)

A Escola Estadual Indígena Oyatomorim, que significa *estrela que brilha*, recebeu esse nome porque reunimos com a comunidade e escolhemos um nome indígena para dar maior representatividade e valorização da língua Akwe Xakriabá.

No início da década de 1980 foi construído pela prefeitura Municipal de Itacarambi um primeiro prédio em nossa comunidade, com uma estrutura física de 01 sala de aula, 01 depósito, 01 banheiro (fora do prédio) e 01 cozinha. A mesma chamava-se Escola Municipal Alvarenga Peixoto, mas era denominado pelos moradores daqui, como *grupo*. Atendia diversas faixas etárias de 1ª a 4ª Série do Ensino Fundamental. E quem atuava, eram professores não indígenas. Antes deste período, as aulas funcionavam em casas de família, com professores leigos, pagos pela prefeitura de Itacarambi. Atendia estudantes de diversas faixa etárias, dentro do programa do Movimento Brasileiro de Alfabetização.³

Até o ano de 1995, a escola da Aldeia Prata funcionava pelo município de Itacarambi, os professores que atuavam eram não-índios e quem preparava a merenda e cuidava da limpeza era a indígena, Dona Joana, a qual antes de morar aqui, foi professora em outra aldeia do território. Porém, quando os professores faltavam, ela, além de suas funções, desempenhava as dos professores.

³ O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) foi um órgão do governo brasileiro, instituído pelo Decreto nº 62.455, de 22 de março de 1968, conforme autorizado pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967 durante o governo de Artur da Costa e Silva na Ditadura Militar. Disponível em: pt.m.wikipedia.org, acesso em: 03/08/2020.

Era bastante complicado o funcionamento em geral da escola, principalmente com relação aos professores que eram de São João das Missões, a 09 km da aldeia. Por isso, havia muitas faltas e uma descontinuidade no atendimento aos estudantes e registro de suas trajetórias. Em consequência disso, as lideranças e comunidade viram a necessidade de ter professores do próprio território. Com isso, buscaram ajuda com as pessoas da SEE/MG (Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais), FUNAI (Fundação Nacional do Índio) para garantir que os indígenas pudessem fazer um curso de formação para depois atuarem como professores.

Em 1996, com a emancipação de São João das Missões, desmembrando-se de Itacarambi a escola passa a pertencer ao novo município e ainda assim funcionava com professores não-índios. Naquele mesmo ano, após várias reivindicações e lutas das lideranças e de todo o povo Xakriabá iniciou a primeira turma de professores do Programa de Implantação de Escolas Indígenas de Minas Gerais (PIEI). Em janeiro do mesmo ano, 40 candidatos a professores Xakriabá, sendo 02 (Joana Marcos de Almeida Mota e Valdeir Marcos de Almeida) desta aldeia, saíram para fazer o Curso de Formação para professores no Parque Estadual do Rio Doce. O curso era modular, cada módulo durava 30 dias, que aconteciam em janeiro e julho; e finalizou em 04 anos.

Os professores em formação tinham a responsabilidade de comparecer às etapas intensivas no Parque duas vezes ao ano, desenvolver atividades na comunidade e realizar estágio nas turmas que ainda funcionavam com professores não indígenas. Ao longo do curso de Magistério Indígena eram avaliados para saber se estavam seguros para atender essas turmas.

Em 1997 iniciaram-se as escolas indígenas no território Xakriabá com o objetivo de trabalhar e aperfeiçoar a educação diferenciada, valorizar os saberes tradicionais e com autonomia de desenvolver seus projetos. Os primeiros professores indígenas Xakriabá foram contratados em fevereiro de 1997 pelo município de São João das Missões. No entanto, o prefeito da época não aceitava a contratação de alguns jovens do território, alegava que os mesmos eram incapazes de atender as turmas e alguns ser menores de idade. Em agosto do mesmo ano, após reivindicações do povo Xakriabá, foi formada uma comissão que era composta por cacique, lideranças e pessoas representantes da Secretaria de Estado da Educação que reuniram com o prefeito para tentar resolver esse impasse discriminatório para com os indígenas. Depois de muita persistência, os professores em formação foram aceitos.

Naquele mesmo ano, a escola passou a se chamar Escola Municipal Sucupira devido à presença desta árvore medicinal nativa da aldeia. Em especial no pátio da escola, que serve

de sombra nos momentos de reuniões comunitárias, apresentação de trabalhos e outros eventos.

Em 1998, as escolas Xakriabá passaram a ser responsabilidade do Estado de Minas Gerais. E a nossa escola, até 2007 funcionou como 2º endereço da Escola Estadual Indígena Bukimuju. Até 2001 só havia aulas do 1º ano do 1º ciclo ao 2º ano do 2º ciclo (correspondente a 1ª a 4ª série) do Ensino Fundamental, com apenas 04 professores. Em 2002 iniciou o 3º ano do 2º ciclo (5ª série) do Ensino Fundamental, com aumento de mais 03 professores. Em 2005 foi autorizado o funcionamento de uma turma de Educação Infantil com alunos de 04 e 05 anos. Em 2007 iniciou o Ensino Médio com uma turma do 1º ano.

Em 2008, com ao aumento de demandas das comunidades, ocorreu o desmembramento, criação e autorização de funcionamento pelo Decreto nº 44.688/2007 e Portaria nº 001/2008, passando a denominar-se Escola Estadual de Ensino Fundamental, que atendia na Sede, da Educação Infantil (estudantes de 04 e 05 anos de idade) a 8ª série do Ensino Fundamental, organizado por seriação, da seguinte maneira: Anos Iniciais do PPA (Período Preparatório de Alfabetização), 1ª série, 2ª série, 3ª série e 4ª série e Anos Finais: 5ª série, 6ª série, 7ª série e 8ª série e o Ensino Médio, era atendido como 2º endereço da Escola Bukimuju.

A partir de 2009 o Ensino Médio, com duração de 03 anos, também foi autorizado a funcionar por esta escola; que passou a denominar-se por Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio. Em 2011 foi publicada, pela SEE, a mudança de denominação para Escola Estadual Indígena Oaytomorim. Esta escola possui ainda, desde a sua criação, um 2º endereço na Aldeia Riacho Comprido, que atende turmas do Período Preparatório de Alfabetização (PPA) a 8ª série do Ensino Fundamental.

Estrutura da escola



Figura 8: Prédio construído pelo projeto *Casa Escola* em 2010. Cantigas de roda. Arquivo pessoal. (2018)

A Escola Estadual Indígena Oaytomorim funciona no prédio principal, construído pelo Estado em 2010 através do Projeto *Casa Escola*, estruturado da seguinte forma: 01 cozinha, 05 salas, 02 banheiros e 01 secretaria que funciona num pequeno espaço, onde também funciona a Diretoria; lá estão localizados vários equipamentos, como computadores, máquina de xerox, retroprojetor, impressoras, armários, mesas e cadeiras.

Este projeto foi elaborado sem a participação dos indígenas, não respeitou a nossa proposta de arquitetura e nem atende a nossa demanda. Foi preciso a própria comunidade construir um espaço para servir de depósito. O prédio antigo, que se localiza acerca de 01 km de distância do principal, também é utilizado para desenvolver atividades do Atendimento Educacional Especializado⁴ (Sala de Recursos) e da Educação Integral⁵, quando estes são autorizados pela SEE.

A sede da escola atende em 03 turnos (matutino, vespertino e noturno), conta com aproximadamente 150 estudantes, distribuídos em 01 turma da Educação Infantil, 09 do Ensino Fundamental e 03 do Ensino Médio. Conta ainda com o 2º Endereço, localizado na Aldeia Riacho Comprido que funciona num prédio com 03 salas, 01 cozinha, 02 banheiros e

⁴ Modalidade transversal a todas as etapas e modalidades de ensino, parte integrante da educação regular, destinada aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. (Dados extraídos do Projeto Político Pedagógico 2020 da Escola Oaytomorim).

⁵ Educação Integral baseada na Resolução SEE/MG N° 2749 DE 01/01/2015, Ofício Circular n° 845/15, Ofício circular n° 1272/15.2016. As ações de Educação Integral buscam implementar formação em diversas áreas, como esporte, artes plásticas, dança, música, teatro, informática, que complementem o conhecimento tradicional acessado pelos estudantes, por meio da ampliação da jornada escolar. Neste sentido, o território e a comunidade escolar são importantes atores. (Dados extraídos do Projeto Político Pedagógico 2020 da Escola Oaytomorim)

01 depósito. Atende em 02 turnos (matutino e vespertino) aproximadamente 30 estudantes do Período Preparatório de Alfabetização (PPA) até a 8ª Série distribuídos em 04 turmas. Ao concluir o Ensino Fundamental, os estudantes que ingressam no Ensino Médio vem para a escola Sede.

O quadro de funcionários é composto por pessoas indicadas pela própria comunidade, com o aval de caciques e lideranças; e está estruturado da seguinte maneira: 01 Diretora, 01 Vice Diretora, 01 Supervisora, 01 Coordenador Pedagógico, aproximadamente 25 Professoras e Professores, 02 Auxiliares de Secretaria, 02 Professoras de Ensino do Uso da Biblioteca e 06 Ajudantes de Serviços Gerais. Esse número pode alterar, quando os projetos são autorizados.

A cada ano enfrentamos um dilema para contratar os funcionários, devido à SEE não levar em conta as especificidades e demandas das escolas indígenas, apesar de termos discutido e construído a *Categoria Escola Indígena*⁶, a qual foi aprovada, porém não foi implementada pelo estado de Minas Gerais.

Assim, ano a ano, é negociada a designação do quadro de funcionários, ou seja, um contrato sem vínculos de trabalho com o Estado. E ainda, quando há atraso na autorização de turmas de alunos, que já estão em funcionamento; esse contrato não é efetivado e a pessoa fica prejudicada, sem salário. Na maioria das aldeias, inclusive a Prata, a escola é uma das principais fonte de renda e subsistência das famílias.

O crescimento da instituição contribui para a ampliação do número de pessoas atendidas e número de pessoas que trabalham para adquirir um salário mensal. Cerca de 30% das famílias tem alguém que trabalha na escola.

A escola também, proporciona ao desenvolvimento social, uma vez que nos organizamos de forma que atenda os anseios da comunidade. Pois, em sua trajetória, busca formar pessoas capazes de articular os diferentes saberes. Para reforçar, a professora e vice liderança, Diana (2019) relata que

O papel da escola é importante nesse movimento de luta indígena, é um local de repassar e entender os conhecimentos. Fortalecer cada vez mais a organização do nosso povo. E através do desenvolvimento dos trabalhos, as pesquisas; as pessoas e a própria liderança tiveram essa avaliação. A participação, na retomada e em outros momentos, que levaram até chegar na questão de ser vice liderança. Ajuda nas

⁶ LEI Nº 23.177, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018. Altera a Lei nº 22.445, de 22 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a educação escolar indígena no Estado. (Publicada no Diário Oficial de Minas Gerais do dia: 22/12/2018).

decisões, nos conselhos, na participação. E por isso, a escola é ponto importante desse trabalho. Não pode ficar de fora.

Assim, a escola indígena, em sua estrutura, busca desenvolver uma relação com a comunidade e o território para reforçar uma educação intercultural, como é afirmado por Kanátyo Pataxó, precisamos estar com *um pé na aldeia e um pé no mundo*.

Algumas práticas desenvolvidas pela escola da aldeia Prata numa perspectiva intercultural e a relação com o Calendário Socionatural

A Escola Estadual Indígena Oaytomorim exerce seu papel com objetivo de fortalecer a educação comunitária, diferenciada e intercultural. Procura desenvolver práticas que interagem com a comunidade e o território.

Sempre que necessário, reunimos para discutir e planejar os assuntos das atividades a serem desenvolvidas e pesquisadas ao longo do ano. Se surgir novas demandas, pode ser mudado, pois o processo educativo não é limitado em sala de aula, tudo poderá ser relacionado com a convivência na comunidade, o tempo, o clima, o respeito ao luto, o plantio de roças, participação em palestras e outros eventos. Essas são algumas metodologias que enriquecem o entendimento na forma de ver o mundo. A escola ainda permite, em suas diversas áreas de conhecimentos, discutir e compreender os projetos sociais relacionados aos limites do território, a sustentabilidade, lutas, movimentos, ética, pluralidade cultural, saúde, revitalização da língua materna, educação. Esses aspectos são respeitados na construção do currículo da escola, o qual visa os interesses comuns de um povo.

O educador, além de assumir seu compromisso de garantir a qualidade sociocultural na aprendizagem, também exerce papel principal na criação e execução de projetos por serem pessoas dotadas de conhecimentos e habilidades, principalmente em redigir atas, no preenchimento de formulários, relatórios, encaminhamentos para certos órgãos, associações, assembleias, reuniões, conselhos de saúde e demais demandas.

Os conhecimentos tradicionais são repassados de geração em geração, no convívio do dia a dia através da observação, imitação, oralidade, pesquisas com os sábios da aldeia, rodas de conversa, nas retomadas, fechamento de estradas e outros.

Diante disso, a escola, em sua prática educativa, busca promover ações que valorizam a interculturalidade, se apropriando dos diversos conhecimentos presentes nas atividades do dia a dia do território articulados a outros conhecimentos. Para compreender melhor, registramos aqui o detalhamento de como foi o processo de início e construção do trabalho

com o Calendário na aldeia Prata. Como é evidenciado no relato escrito pela professora Diana, a qual “faz investimentos teóricos e metodológicos para desenvolver o Calendário em sua comunidade” (SILVA, 2016, 276).

No mês de setembro de 2011, foi apresentado para a direção da escola, Coordenador Pedagógico, Professores e demais servidores da escola, a proposta de trabalho com o método indutivo intercultural para reformular o calendário escolar Xakriabá. Durante as conversas surgiram várias ideias para a construção e desenvolvimento do trabalho, dentre elas: oficina com a comunidade; conscientização e sensibilização dos problemas ambientais; reformulação do calendário escolar; plantação de roças; falta de água; fatores positivos e negativos da chegada da energia elétrica e coleta de frutos nativos. Diante de tais idéias foi selecionada a proposta de uma oficina com a comunidade, onde seria discutida a importância das datas comemorativas e das atividades cotidianas. No dia 1º de outubro, aconteceu uma reunião com alguns professores da Escola Indígena Bukimuju, que estavam implantando o calendário Socioecológico Xakriabá naquela escola, quando foi apresentada aos colegas a proposta colocada pelos professores da escola Oaytomorim. Dentre outros, teve acesso há algumas propostas de atividades, destacando também a importância da produção de material didático pedagógico a partir das atividades realizadas na escola durante as aulas e a proposta de intercâmbio entre professores das escolas Xakriabá. No dia 04 de outubro, realizou-se na escola Oaytomorim o encontro com cerca de 62 pessoas, sendo 22 professores e 40 membros da comunidade. Divididos em 6 grupos, onde cada grupo ficou responsável pelas atividades propostas durante 2 meses, suprimindo com o calendário anual. Com objetivo de reorganizar as atividades anuais, foram destacadas as seguintes questões: a importância de trabalhar a construção e reformulação do calendário; registro das atividades trabalhadas na escola para no futuro organizar novos materiais didáticos; retorno das pesquisas realizadas para a comunidade. Em sequência houve encontro de planejamento com os professores da escola para organizar o material levantado durante a oficina e discussão à cerca das impressões e dúvidas pendentes. Destacando a importância de se trabalhar com a interdisciplinaridade e da necessidade de juntar em determinados momentos as turmas de várias séries para a realização das atividades. Conhecimento das propostas e materiais adquiridos com os professores da Escola Bukimuju, onde foi organizados os professores em pares para aplicação dos temas e atividades: ciclo das atividades (atividades do dia-a-dia) das crianças, jovens, adultos e idosos Xakriabá (atividades divididas por gênero); começar a mexer com roça; atividades de caça; aviso dos animais (aprendizado sobre os fenômenos naturais a partir da indicação dos animais); mudanças da natureza; coleta de frutos da mata; quintal, cerrado e gerais; comemoração dos festejos (dias santos). O professor de cultura ficou responsável pela elaboração de músicas acerca dos temas. Cabe aqui ressaltar a importância do professor de cultura na escola e ainda como pensar um currículo que atenda a demanda da realidade de cada povo. Logo em seguida houve uma reunião entre os professores, com a finalidade de que cada um apresentasse o trabalho desenvolvido, os avanços e as dificuldades encontradas, trocando experiências e assim enriquecendo o trabalho de todos. Os professores escreveram textos dissertativos sobre suas experiências ao trabalhar os temas escolhidos. Com o tema aviso dos animais, desenvolveram-se textos, perguntas com respostas, gráficos e tabelas. Para construção do gráfico fez-se uma tabela, dividiu-se os animais de pelo, répteis, insetos, anfíbios, aves e a quantidade dos mesmos. Logo em seguida organizou-se as informações em esquemas gráficos. Este trabalho foi realizado nas aulas de Português, História, Geografia e Uso do Território (com a turma de 7ª série (8º ano) e Literatura, Matemática, Filosofia e Educação Física (com o Ensino Médio). Inicialmente aconteceram conversas com os alunos sobre os animais que avisam sobre algum acontecimento relacionado com a natureza e conhecimentos das pessoas mais velhas da aldeia, conhecimentos que são passados para as gerações mais novas. Foi realizada a leitura do livro “Caderno do tempo” dos povos indígenas de Pernambuco, publicado em 2006. O qual trata da mesma temática proposta pelo Xakriabá, que pretende por meio do trabalho pedagógico aprofundar o conhecimento, voltando o olhar para a sua realidade, no seu cotidiano observando os

acontecimentos relacionados com o tempo “Senhor” de tudo o que aconteceu, acontece e acontecerá na vida de todos os povos do mundo. Sobre o tema aviso dos animais foram propostas e realizadas diversas atividades como: fazer levantamento dos animais que avisam, onde vivem, hábitos, o que eles avisam, qual a importância deles, ilustração com desenhos, produção de gráficos e tabelas, textos dissertativos, lendas, poesias, versos, pesquisas em livros, revistas e internet e entrevistas com pessoas mais velhas da aldeia. Com a 7ª série (8º ano), onde havia 9 alunos em 2011, foram trabalhados o conteúdo nas disciplinas de Português, História, Geografia e Uso do Território, ou seja, aconteceu o trabalho interdisciplinar onde um tema passou por todas as disciplinas, o que facilitou o processo de ensino e aprendizagem na escola, tornando possível conhecer e aprofundar sobre a realidade, conhecer outras realidades e entender sobre o saber escolar científico, o que está no livro didático e no mundo de fora e valorizando também o saber tradicional do povo Xakriabá, onde os dois conhecimentos andam juntos, lado a lado um respeitando o outro e sempre dialogando. No Ensino Médio aconteceram aulas coletivas, com duas ou três séries ao mesmo tempo e com duas professoras, o que facilitou trabalhar as atividades propostas, quando se tem uma professora que tem mais facilidade com o português e outra que domina melhor a matemática, como no movimento da construção de gráfico ou produção de textos dissertativos. Atualmente parte do material produzido de forma coletiva está sendo organizado no formato de livro para ser socializado, fortalecendo cada vez mais os conhecimentos e a cultura do povo Xakriabá. O livro será uma forma de registrar sobre o “aviso dos animais” e a escola, ao trabalhar com o mesmo, valoriza o conhecimento tradicional indígena. Nos anos seguintes continuou-se a desenvolver as atividades com base no calendário na escola, onde foi intitulado de Calendário Sociocultural. Os professores continuamente se encontram com a equipe gestora da escola para conversar e fazer o levantamento das atividades que estão sendo realizadas ou irão ser desenvolvidas no dia a dia da aldeia, organizar o planejamento e a seleção das atividades que serão acompanhadas pelos alunos, professores e membros da comunidade. Assim valorizando o “aprender a fazer, fazendo”. A partir das atividades sociais desenvolvidas estão sendo elaborados alguns materiais educativos e metodológicos que estão sendo trabalhados, pesquisados e articulados com os saberes da cultura Xakriabá e os de mundo (outros conhecimentos escolares). (ROCHA, 2018)

O relato da professora Diana mostra alguns aspectos relevantes da construção do Calendário na promoção de uma educação escolar indígena comunitária, diferenciada e intercultural. Apresenta a importância do trabalho coletivo e a parceria para abranger outras partes do território. Pois, desde a sua criação, as escolas Xakriabá procuram dialogar e trocar experiências na busca de objetivos comuns. Tomam decisões conjuntas sobre a organização e construção do currículo através de assembleias, seminários, encontros, oficinas.

Detalha algumas estratégias para envolver os educadores das diversas áreas do conhecimento e incentivar os estudantes à pesquisa. Mesmo que a escola tenha seus educadores que são contratados e/ou habilitados para atuar em diferentes “disciplinas”; quando nos organizamos para trabalhar com alguma atividade⁷ do Calendário, essas áreas precisam dialogar para compreensão dos assuntos pesquisados. E isso ainda é um desafio.

⁷ Ressaltamos ainda que, nas pesquisas do Calendário, estamos nos referindo à *atividade* e não *tema*, devido este ser limitado. Uma vez que dentro de uma atividade, poderão ser identificados diversos temas.

Destaca metodologias que valorizam a troca de experiências nas aulas coletivas, oficinas e pesquisa com os mais velhos da comunidade.

Para entender melhor, vamos explicar como foi desenvolvida a pesquisa sobre “os animais que avisam no território Xakriabá”.

Inicialmente, realizamos encontro com educadores (que atuam na escola) e algumas pessoas mais velhas da comunidade para fazer o levantamento das atividades que ocorrem durante o ano, dentre elas foi escolhida “Aviso dos Animais”, devido os envolvidos considerar que no território existem muitos animais que avisam sobre fenômenos da natureza e outros tipos de avisos, que para o povo Xakriabá chamam a atenção para as mudanças no tempo. Alguns sinais fazem com que entendemos melhor sobre chuvas e outros fenômenos relacionados com o tempo, o clima e os acontecimentos.

Há avisos ainda através dos hábitos dos animais que chamam a atenção para diversos fatores como: morte, alegria, tristeza, chegada de alguém que está distante, visitas, colheitas e muito mais. Durante essa pesquisa, foram identificados diversos animais e o que eles avisam, dentre eles destacamos:

Papagaio: quando passa voando em direção onde o sol nasce é início da primavera. Quando volta ao pôr do sol, já é o final do verão. Quando vemos subir voando em direção onde o sol nasce, está para chover. E quando vemos ele descendo voando em direção onde o sol entra, é sinal que a chuva vai demorar.

Bem-te-vi: quando canta perto de casa é avisando que irá chegar alguém.

Sabiá: quando canta, avisa que vai chover.

Alma de gato: quando se aproxima de casa, algo ruim irá acontecer; alguma coisa está próxima ou alguém da família pode morrer.

Beija-flor: quando é de rabo branco, entra em casa e sai, é sinal de que vai receber carta; se for verde é sinal de coisas boas e se for preto é luto.

Mãe da lua: quando canta, avisa as mulheres para cuidar dos homens (maridos), que podem ir embora e não voltar mais.

Pássaro-preto: quando canta alegre, anuncia uma nova temporada de chuva e colheita de alimento como, feijão e milho nos meses de janeiro e fevereiro.

O boi: quando está berrando, cavando e correndo é sinal de chuvas.

Caburé: quando canta, está nos avisando que o frio está para chegar.

Bacurau ou Preangú: quando canta é avisando que vai chover. Anuncia que a chuva está próxima.

Sapo: quando canta, está adivinhando chuvas.

Coan: quando canta é sinal que vai morrer alguém na região.

Guariba ou barbado: anunciam chuvas.

Vim-vim: quando canta está avisando uma visita em casa.

Cigarra: quando canta na seca é para chover e quando canta na chuva, a seca está próxima.

São conhecimentos de muito valor e nos mostram o que poderá acontecer. Todos os animais possuem seus dons e com os conhecimentos e experiências, as pessoas ao ouvirem, observarem esses avisos, logo percebem o que eles querem dizer. Esta cultura que ao longo dos tempos mantém nossa ciência viva e dá continuidade à sabedoria dos mais velhos Xakriabá. Então, são considerações que nós indígenas temos com relação à natureza, onde os animais são sagrados, através dos costumes e conhecimentos do ambiente onde vivemos. Devemos respeitar os animais que avisam e os que não avisam, e acreditar nos avisos que recebemos através deles, pois esses conhecimentos vêm de nossos ancestrais e repassaremos para as novas gerações. Por isso devemos valorizar.

Ressaltamos ainda que, no relato, Diana descreve as primeiras experiências de iniciação dos trabalhos a partir do Método Indutivo Intercultural e destaca o processo de pesquisa, a qual ela acompanhou. Neste mesmo período outras atividades estavam sendo desenvolvidas com o acompanhamento de outros educadores.

Ao longo dos anos, outras atividades são desenvolvidas a partir de projetos proposto pelo Calendário Socionatural como: Produção de Farinha de Mandioca⁸, Sobre o Milho, Plantio de Hortas, Luta pela Retomada do Território, Bloqueio de Estrada da Aldeia, Preservação do Meio Ambiente, Tipos de Coqueiros, o Aviso dos Animais, Frutos e Frutas dos Quintais Xakriabá, Festejos, Reciclagem de alguns materiais, Atividade de caça, dentre outras. Acerca do registro destas atividades, a escola possui vários materiais produzidos e alguns publicados. Os mesmos são utilizados como fonte de pesquisa tanto na própria comunidade, como por outras pessoas indígenas e não indígenas. Destacamos também que os conhecimentos e o desenrolar das práticas dessas atividades chamamos de *Uru de aprendizagem*. Nele é registrado o passo a passo, bem como os conhecimentos implícitos e explícitos de determinada atividade.

Escolhemos o nome Uru, porque esse objeto é um artesanato tradicional Xakriabá, feito de palha de coquinho cabeçudo, utilizado para colocar *coisas* dentro; coletar frutos,

⁸ Sobre esta atividade, é detalhada no trabalho de Lucilene Júlia da Silva, 2016, o qual foi construído com a colaboração da professora Diana e materiais produzidos pela Escola Oaytomorim.

como o pequi. A prática desse artesanato estava esquecida. E através de nossas pesquisas foi reativada.



Figura 9: Seu Valdemar ensinando a trançar o *uru* - Foto: arquivo pessoal. (2012)



Figura 10: Objeto *uru*. Foto: arquivo pessoal. (2012)

Ao longo dos trabalhos de pesquisa denominamos o Calendário Socionatural, por percebermos que os fenômenos da natureza também são fatores que contribuem para o aprendizado dos diversos conhecimentos e influenciam ainda em determinadas atividades práticas da aldeia. Sobre o mesmo assunto, CORREA XAKRIABÁ (2018, 123) aborda ainda que

O Calendário é construído de acordo a realidade cultural da aldeia e está em constante movimento, aberto para alterações sempre que necessário. Nele estão contidos os festejos tradicionais, as reuniões comunitárias, além de prever espaços para outros acontecimentos que não estão determinados, mas que podem ser incluídos no calendário depois de ser aprovado.

Diante disso, percebemos que mesmo que a escola indígena esteja inserida num sistema colonizador, busca autonomia para ser um espaço articulador dos diferentes saberes que norteiam a valorização da cultura, fortalecimento da identidade e organização do povo. Nesse processo, de movimento entre diferentes tempos e espaços; a escola, comunidade e território precisam andar juntos.

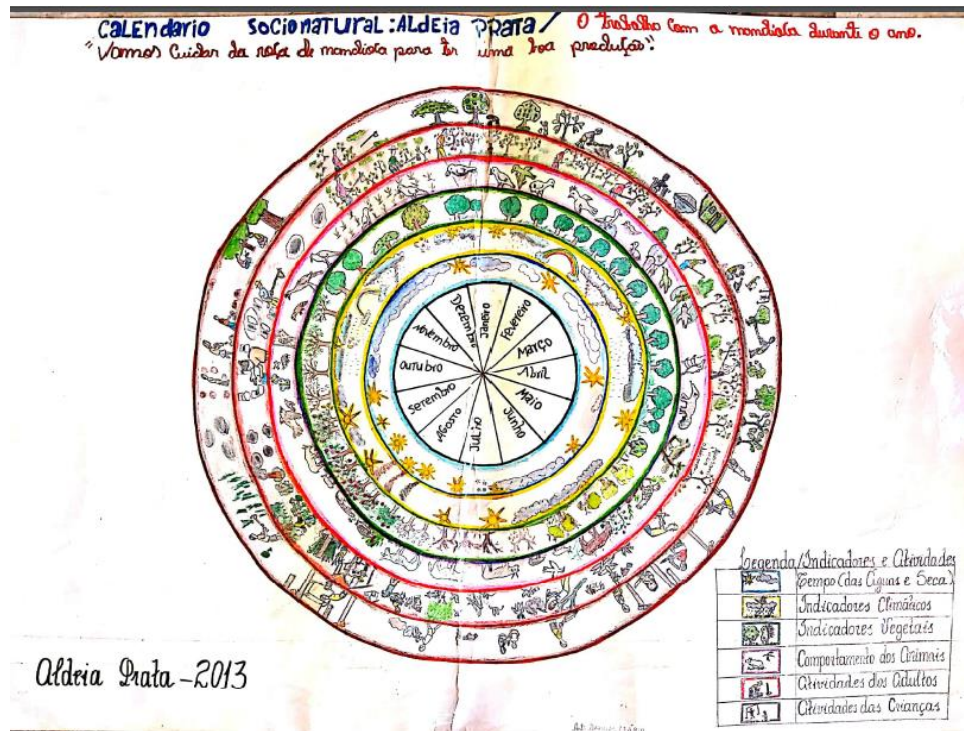


Figura 11: Versão do Calendário elaborado para registrar os indicadores do tempo, clima e atividades. Fonte: Diana Pereira de Araujo Rocha. (2013)

Para compreender melhor, compartilhamos aqui, esta versão do Calendário Socionatural, elaborado em 2013, durante as pesquisas sobre a “produção de farinha de mandioca”. Ressaltamos ainda que, os calendários podem variar, conforme o ciclo de atividades de cada aldeia. Pois, mesmo vivendo num mesmo território, as dinâmicas comunitárias são diversificadas.

CAPÍTULO IV

RETOMADAS

Retomada e territorialidade

A mais recente retomada para ampliação do território Xakriabá está localizada a aproximadamente 30 quilômetros da aldeia Prata e possui cerca de 06 mil hectares de terras. Era uma fazenda desmatada, na qual os invasores visavam somente o lucro através da criação de bois e cavalos. Não se preocupavam com o bem estar social e tampouco com o meio ambiente. Os investimentos do fazendeiro eram em grandes pastagens para os seus milhares de animais, sem considerar a sustentabilidade e a melhoria na qualidade de vida das pessoas que ali vivem.

Como é dito pelos mais velhos, não tem como falar do reconhecimento de nossos direitos, se não falar de território. E Seu Valdemar nos contou um pouco do seu conhecimento em relação ao processo de retomadas do que era nosso e tomaram. Sobre isso, ele relata:

...E outra coisa: nós não estamos tomando terra de ninguém, nem invadindo...a terra nossa não era pra ser renegociada como está por três vezes...Na primeira demarcação levaram o finado Rodrigo na conversa, dizendo: Rodrigo, aqui vai levar vinte anos de questão, o que você faz? Você quer que demarca um pedaço, porque isso vai demorar demais, você salva logo ele. Mas esse pedaço que demarcou, levou vinte anos e ainda foi preciso matar gente, pra isso ser liberado. Foi em 1969 e ela veio a ser homologada e 1989, foi um tempo bom. Aí, quando renegociou, passou uma medição em cima do morro, que pega aqui daquele marco grande até a Vargem Grande, são vinte e seis quilômetros, dos Patos aqui nesse marco daqui são treze quilômetros; e aí lá desceu pela Lagoinha, pegou o córrego de Itacarambuzinho, desceu, pegou nos Patos e entrou ali ne Zé de Muringa, subiu na serra e saiu aqui no Jequitibá, nós ainda estamos perdendo terra. Passando um tempo, renegociaram a Rancharia e agora é negociar aquela retomada; porque hoje estamos na luta com a retomada da Vargem Grande e Morro Vermelho é pra englobar tudo, pra ver se sai tudo de uma vez. Agora, o que acontece, lá foi antropólogo que fez, um serviço bem feito, entregou pra FUNAI que reconheceu que esta terra pertence a nós, ela não é de pessoas brancas. Inclusive Morro Vermelho, o juiz já deu a liminar pra Santo (cacique) que a terra pertence ele; seguro em nome dos direitos humanos, ninguém pode mexer com Santo lá. A mesma coisa está lá nas Caraíbas, o juiz deu a liminar, foi reconhecido que a terra é dos índios. Aí a gente está por esta luta, agora eu penso assim: depois que a gente foi vivendo, descobriram, naquele tempo não tinha direito de renegociar, era do jeito que Rodrigo quisesse, que a terra de índio é aonde ele pedir, por exemplo: nós estamos aqui, e o governo chega: oh, aqui está apertado pra vocês, eu vou tirar outro terreno pra vocês, nós falamos: não, mas eu quero é aqui e tem que respeitar. Não é onde o governo quer, é onde o índio pedir a demarcação, se ele diz: eu quero é aqui, porque aqui é que nós permanecemos, então não tem jeito de tirar ele não...Essa retomada, não vamos abrir mão não, vamos lutar, até um dia, se eles não alcançar, a luta fica. (Trecho de entrevista realizada em 2019).

Como já foi dito, o processo de luta pelo direito de ampliação do território, como direito é longo e não para por aqui. As falas de Seu Valdemar nos remetem a uma reflexão do quanto os povos indígenas foram enganados⁹.

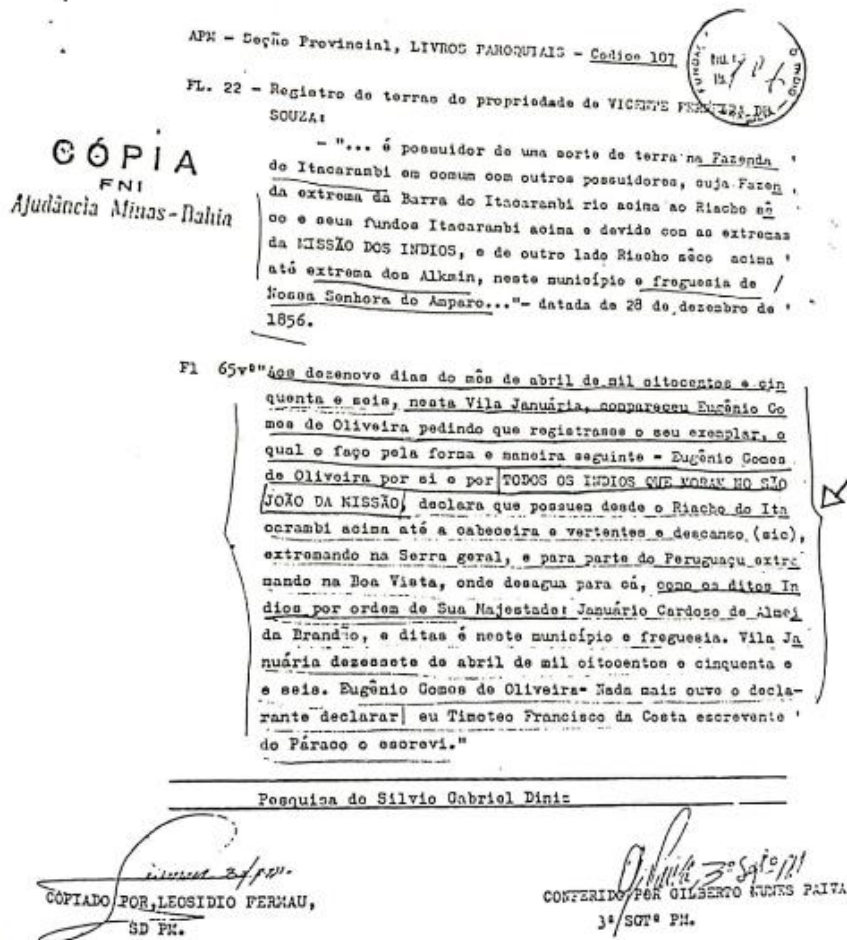


Figura 12: Carta de doação das terras Xakriabá, 1856. Foto: retirada do livro "O tempo passa e a história fica" (1997)

⁹A Revista Dakrewaihuze, Memórias e Saberes Xakriabá: Território, Saúde e Educação, vol. 1, 2018, aborda uma linha do tempo que conta essa trajetória.

143
147

"CERTIDÃO VERBEM-ADVERTUM" UMA DOAÇÃO.

FRANCISCO NUNES PACHECO ESCRIVÃO DE PAZ E OFICIAL DO REGISTRO CIVIL VITALICIO, do distrito e município de Itacarambi, Estado de Minas Gerais, República Federativa do Brasil, na forma da lei etc.

CERTIFICA, a solicitação de interessado, que revendo em seu cartório os livros de notas desse, em um desses de numero dez (10) ao fl. 20 etc, encontrou a seguinte publica forma, do teor seguinte: Publica Forma de uma doação do teor seguinte: N.º 11 R.160 Pagou cento e sessenta reis O P 25 de Setembro de 1856 Silva Reis Jaguarão Carneiro de Almeida Brandão administrador dos Índios da Missão do Sr. S. João do Riacho do Itacaramby Ordena o Cap. Mandante Domingos Dias de Albuquerque todos os Índios tanto maxes como feras q andarem por fora p admissão com sello e cuidoado, os que forem rebeldes farã preser com cautela porohirem para admissão Copie e Christão e sello, mandando -lhe ensinar a Doutrina pellos os q mais soberos os doutrinados que vivio bem e se casam os Mancebados não tendo impedimento ou avendo impedimento fazendo se case com outro q não tenha impedimento fazendo os trabalharem terem q comer e não furtarem e p e for rebelde a esta doutrina que expendo neste papel os prendendo castigard como merecer sua culpa e quando cassar algum encolente ou levantado farã prendellos e tresellos a na preser para lhe dar o castigo conforme merecer porque feito tenho ordem de a pode para castigar e prendellos e tirar o abuco de seran bravios e espero do Cap assim o faça como assim determine e do contrario por ele e pelos mais e logo deli terra com sobra para não andarem para as fazendas alheias do Riacho do Itacaramby anima até as cabiceira e vertentes e vertentes e descance extremado na Serra Geral para a parte do pruaçu extremado na Boa Vista onde desagua para lá e para cá e por isso delihe Terra com Ordi da nossa Magestade ja assim não podem andarem pelas fazendas alheias incomodando os fazendeiros -- piscoes para morada o brejo para trabalharem Fora os gerais para a parte cassada e meladas. Arraial dos Morinhos 10 de Fevereiro de 728 N.º 1728. A Administrador Januario Carlos de Almeida Brandão (com o sinal publico). Era o que continha na doação que me foi apresentada, qual para aqui translatei fielmente como nella se continha e declarava, do que dou fé, isto feito, perante duas testemunhas o que fielmente foi lida e confirmada a realidade do que tudo, continha a mesma, Assignando as testemunhas e o apresentante, o presente termo de transperição de publica forma, isto, perante mim escrivão, que o escrevi e assigno e dou fé, em testemunho: (sinal publico) de verdade, caso que uso em publico. Resolvo entre linha, que diz, que expendo neste papel os prenderá, que dou fé. Eu Francisco Nunes Pacheco, escrivão de Paz e oficial do registro Civil Vitalicio o escrevi dou fé, e assigno. (a) Francisco Nunes Pacheco. Sobre selos: São Itacaramby, 28 de fevereiro de 1911. - Apresentante: - Salomé de Paula Santiago, testemunhas, Adolpho José de Oliveira e João Rocha. Era o que continha no livro e lida que para aqui translatei e presente certidão de Publica Forma - VERBEM - ADVERTUM e em escrita original transcrita, que conservei em datilografia e presente traslado e dou fé, em testemunho de verdade. Sem selos para efeito "Social Nacional"

Itacarambi, 5 de junho de 1969

Francisco Nunes Pacheco

Tabelião, Francisco Nunes Pacheco

Figura 13: Registro em Cartório, da Carta de doação – 1969. Foto: retirada do livro “O tempo Passa e a História Fica” (1997)

A parte do território demarcada não é suficiente para manter o número de indígenas existentes, pois a maioria das terras são inviáveis para a produção de recursos que garantam o sustento das comunidades. Daí a necessidade de alcançar seus limites às margens do Rio São Francisco. O povo Xakriabá, em sua história, tem conhecimento do registro da Carta de Doação de suas terras, pela princesa Izabel, de que os limites do território abrangem a fazenda que até então se chamava São Judas Tadeu, distritos de Vargem Grande e Caraíbas, município de Itacarambi.

No mês de agosto de 2013, o povo Xakriabá iniciou uma série de mobilizações em busca de encontrar saídas para conflitos que vinham se arrastando há algum tempo. Conforme relatório elaborado pelas equipes do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Centro de

Agricultura Alternativa (CAA) e outros parceiros que apoiam as causas indígenas e movimentos de comunidades tradicionais, explicam que a primeira ação foi intervir junto ao Distrito Especial de Saúde Indígena (DSEI), quando grupos liderados pelos caciques e lideranças destituíram cargos nomeados pela coordenadora deste órgão. Os 03 funcionários nomeados sem nenhum processo de discussão com os indígenas foram dispensados de suas atribuições e proibidos de atuar dentro do território Xakriabá. Após esta ação, as lideranças tornaram a se reunir e construíram um documento denunciando a coordenadora do DSEI aos órgãos competentes e pedindo a sua exoneração. As discussões caminharam também para a proposta de descentralização dos recursos destinados ao atendimento do povo Xakriabá para Montes Claros, Minas Gerais.

Diante da negligência de órgãos competentes que deveriam proteger e defender a causa indígena, o grupo de lideranças e caciques que vivem num processo constante de lutas, após várias reuniões, decidiram retomar a terra, com o apoio de mais de 300 pessoas. No dia 01 de Setembro 2013, ocuparam o pátio da casa, na sede. Ali permaneceram com coragem e firmeza. Ordenaram que os empregados desocupassem. E naquele mesmo local acamparam.

A notícia chegou em todo o território e nos dias seguintes o número de pessoas foi aumentando. Durante o dia e a noite todos ficavam atentos, temiam ataques dos fazendeiros. Naquela mesma semana, foi articulado e organizado para que o local fosse movimentado; e diariamente tinha a permanência de pessoas, como: mulheres, homens, jovens, adolescentes e crianças, sempre esperançosos e alegres.

As mulheres, com suas forças, empenhavam no preparo dos alimentos, com o suporte dos homens. Os gêneros alimentícios vinham de doações de diversos órgãos, como a Prefeitura Municipal de São João das Missões, Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Centro de Agricultura Alternativa (CAA) e grupos que apoiavam o movimento indígena, como ribeirinhos, vazanteiros, quilombolas e outros.

Os homens vigiavam a entrada daquele espaço, suas armas eram arcos, flechas, bordunas e a todo momento praticavam a fé, através de orações e rituais para fortalecer a espiritualidade e pedir proteção.

As crianças ficavam em meio aos acontecimentos e dessa maneira aprendiam o quão é importante a convivência e a união com os adultos.



Figura 14: Lideranças comunicando a desocupação para o gerente da fazenda. Foto: Joel Xakriabá, (2013)



Figura 15: Desocupação e retirada dos bens da fazenda. Foto: Joel Xakriabá, (2013)



Figura 16: Mulheres servindo a alimentação na retomada. Joel Xakriabá, (2013).



Figura 17: Ocupação da sede da fazenda. Foto: Joel Xakriabá. (2013)

A integração Escola e Território no processo de retomada



Figura 18: Crianças da aldeia Prata realizando oração no local do bloqueio. Fonte: Arquivo pessoal. (2013)



Figura 19: Crianças da aldeia Prata realizando ritual no local do bloqueio. Fonte: Arquivo pessoal. (2013)

A organização interna de caciques e lideranças, decidiram em assembleia que todos os grandes eventos propostos para acontecer nas aldeias da parte do território já demarcado e homologado, ocorreriam na área da retomada, como estratégia para manter o povo junto e unido. Por exemplo, os encontros para organização e realização da formatura coletiva dos estudantes da 8ª Série (9º Ano) do Ensino Fundamental e 3º Ano do Ensino Médio daquele ano. Assim, o território da escola Xakriabá é ampliado com as lutas e se estende para outros territórios através do diálogo e práticas interculturais; buscando a desconstrução das estruturas dominantes de violência e injustiça.

Para melhorar a forma de ocupação da área retomada e proporcionar maior engajamento das aldeias, foi discutido e repassado para as escolas uma escala de participação, na qual cada dia da semana (incluindo o dia e a noite), professores, estudantes e outros interessados assumiriam o dever de permanecer no local da retomada. Neste processo, a Escola Estadual Indígena Oaytomorim da Aldeia Prata ficou com o compromisso de toda quarta-feira estar à frente de tudo que ali fosse necessário. Assim, tanto os professores, como os estudantes estavam inseridos num espaço de aprendizagem diversificada e coletiva,

conforme as demandas daquele momento de retomada. O que foi significativo para mostrar que, mesmo dentro de um sistema colonizador, as escolas indígenas se reconstróem, utilizando de métodos, estratégias e recursos que quebram os critérios estabelecidos. Colocam em prática o direito de assumirem o controle social e assegurar a escola diferenciada.

Durante o período de permanência na área retomada, a escola registrava os acontecimentos de forma escrita, na prática e na memória. Ao retornar para a sala de aula, os estudantes e professores transformavam o que vivenciaram em relatos orais e escritos. E assim, reforçavam os conhecimentos adquiridos, que se ampliavam para a retomada de outros direitos indígenas. Assim, a escola

é um dos lugares onde a relação dos conhecimentos próprios e os conhecimentos das demais culturas deve se articular, constituindo uma possibilidade de informação e divulgação para a sociedade nacional de saberes e valores importantes até então desconhecidos desta. (MEC, 1998, 24).

Diante disso, a instituição, com a presença dos povos indígenas, rompe com os limites impostos pelo sistema dominante e promove práticas educativas que desconstróem ideias colonizadoras. E para isso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 28 nos garante esta autonomia, enfatizando que:

Como a experiência dos diferentes grupos de professores brasileiros de várias regiões e etnias nos revela, o calendário das escolas indígenas é, assim, um elemento fundamental no processo educativo em seu caráter cultural. Não pode ser pensado como uma norma vinda do controle externo sobre a escola, obedecendo a prazos e frequências de duração fixa e pré-definidos. A própria legislação brasileira referente à educação básica prevê “organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas. (MEC, 1998, 76).

As escolas indígenas Xakriabá aderiram a luta de retomada do território e acompanham o processo com empenho na participação; entendendo a necessidade de fortalecimento da educação diferenciada, saindo de um currículo imposto pelo Estado. Professores e estudantes assumiram o registro fotográfico, filmagens, coleta de assinaturas e documentação na ação de retomada. Embora o sistema não permita e nem abra espaço para que a escola trabalhe com os estudantes a realidade, mesmo garantido em lei, nós, Xakriabá, estamos constantemente em processo de luta. Buscamos alternativas que quebrem as “grades” de um currículo colonialista. Assim, a reestruturação dos currículos proporciona maior riqueza de conhecimentos a serem repassados, permitindo as conquistas de direito, bem estar comum e objetivos de todos.

A escola da aldeia Prata faz valer os seus direitos, se apropriando do que está garantido na lei para buscar melhorias de vida a partir do processo de aprendizados. Os

educadores planejam de acordo com o ciclo de atividades e os acontecimentos da comunidade.

A partir da nossa participação no último processo de retomada, construímos um quadro, com um levantamento de algumas atividades que marcaram o período, tanto nas idas nas quartas-feiras, como em outros momentos. No entanto, um quadro não consegue mostrar a dimensão dos acontecimentos.

Data/Período	Local	Atividade	Envolvidos
11/10/2013	Caraíbas	Discussão para organização da formatura coletiva dos estudantes das escolas indígenas Xakriabá da 8ª Série (9º Ano do Ensino Fundamental) e 3º Ano do Ensino Médio.	Caciques, Lideranças, Professores, demais funcionários, estudantes, comunidade
06/11/2013	Aldeia Prata	Assembleia no local de bloqueio de estrada para discutir o andamento do processo e indicação da Vice-liderança Diana	Caciques, Lideranças, escola e comunidade
02/09/2014 e 03/09/2014	Caraíbas	Participação e registro escrito do Encontro sobre Território e Sustentabilidade	Caciques, Lideranças, funcionários das escolas Xakriabá, comunidade, Representantes do CAA, CIMI, Quilombolas, Vazanteiros, Geraiseiros, Associações e outros.
Final de 2013 a meados de 2014	Aldeia Prata	-Bloqueio da entrada da Aldeia Prata; - Construção do barraco; - Confecção de faixas; - Preparo de bebidas e comidas típicas; - Rodas de conversas, contação de histórias; rituais; comemoração do dia internacional da mulher;	Caciques, Lideranças, Escola e comunidades
04/09/2015	Vargem Grande	Audiência Pública para discutir a garantia dos direitos indígenas na Educação, Saúde, Território e Cultura.	Caciques, Lideranças, funcionários das escolas indígenas, representantes de diversos órgãos.
23/10/2015	BR 135 – São João das Missões	Bloqueio de estrada em protesto contra a PEC/215	Caciques, Lideranças, funcionários das escolas indígenas e demais pessoas



Figura 20: Audiência pública com Comissão de Direitos Humanos na área retomada. Foto: Joel Xakriabá. (2015)

Bloqueio de estradas

Durante o período de retomada, foi discutida a necessidade de fazer bloqueios nas estradas principais do Território Xakriabá para evitar a entrada de pessoas estranhas, bebidas alcoólicas e outras coisas ilegais. Devido a Aldeia Prata ser uma das principais entradas e saídas próximas à cidade de São João das Missões, os Caciques e Lideranças organizaram um ponto de bloqueio, o qual contou com o apoio da Comunidade que colaborou na construção do espaço e permanecia no local diariamente. A Escola organizava as rodas de conversas, reuniões, assembleias, apresentações com grupos de estudantes, redigia atas, relatórios. E outros parceiros, como membros do Conselho Indigenista Missionário que assessorava, repassava orientações da importância desses movimentos, informava a respeito da legislação sobre direitos e deveres dos povos indígenas; e contribuía também com a alimentação daquele período. No local de bloqueio, construímos um barraco de madeira, coberto de palhas de coco e lona para nos proteger do sol e do vento. Foi colocada uma corrente atravessada na estrada e várias faixas. No decorrer dos dias, aos poucos, as pessoas da comunidade, como mulheres e homens de diferentes faixa etárias foram se juntando e participando para o fortalecimento da organização, pois diariamente enfrentavam barreiras. Deparavam com pessoas que já estavam acostumadas entrar no território com seus veículos carregados de produtos para comercializar; camelôs que adentravam com motos abarrotadas de diversas mercadorias, inclusive drogas

ilícitas para vender a alguns jovens, o que causava muitos transtornos para as famílias. Diante disso, algumas pessoas revistadas confrontavam e ameaçavam as lideranças.

Apesar de tudo, naquele local constantemente ocorriam atitudes que fortaleciam a união das pessoas. Eram desenvolvidas atividades coletivas da comunidade e da escola, como o preparo e partilha da alimentação, rodas de conversas, contação de histórias e causos, rituais, reuniões. Durante esse período, houve uma significativa revitalização da cultura, pois os rituais se fortaleciam com as crianças, jovens e adultos da própria aldeia e também de outras comunidades, que juntos praticavam rituais durante o dia ou a noite, em volta das fogueiras. Os mais velhos relatavam como eram os enfrentamentos de antigamente, os derramamentos de sangue indígena para garantir parte do território demarcado e as lutas necessárias para as conquistas dos limites que ainda são ocupados por fazendeiros.

Mulheres e homens preparavam, em suas casas, comidas típicas como: canjica de milho; beiju de fubá de milho ou de tapioca; chás de ervas tradicionais; farofa de feijão; pintado (arroz cozido junto com feijão, na mesma panela); mandioca mansa cozida; caldo de mandioca; café com leite; água; dentre outros e levavam para o local do bloqueio e todos se alimentavam e compartilhavam o que tivesse. Cada participante levava também suas coisas de uso, como: prato, copo, colher. Enquanto estavam no local de bloqueio, discutiam sobre o andamento do processo de luta pela ampliação do território Xakriabá; o que estava acontecendo em outros pontos de bloqueio; o que poderia vir dali pela frente; e estratégias de lutas. E ainda, eram feitos movimentos de reflexão nas datas comemorativas, como o dia 08 de março, dia internacional da mulher e outras.

Durante o período de retomada, a mobilização no território Xakriabá foi geral; e as escolas também tiveram que se mover para esse momento de busca pela garantia dos direitos indígenas. Dentro deste cenário, a Escola Oaytomorim da aldeia Prata precisou reorganizar seus tempos e espaços; e estes foram os mais variados possíveis. Ocorriam aulas no prédio escolar, era imprescindível a participação e presença na retomada e também no local do bloqueio. Assim, professores e estudantes, quando não estavam na escola, participavam do bloqueio da estrada, atividades coletivas do dia a dia, bem como discutiam acerca da organização do povo Xakriabá.

Naquela ocasião, nos momentos de discussões foi destacada necessidade de indicar uma vice-liderança para ajudar Seu Valdemar, liderança da Aldeia Prata, na condução dos trabalhos. Ele achou por bem convidar uma mulher. Como a professora Diana tinha um histórico de participação ativa nos trabalhos da escola e contribuía com a organização da comunidade; além de ter enfrentado o processo desde o início.

Para que ela fosse indicada, primeiro Seu Valdemar conversou com o pai, a mãe, o esposo e ela, explicou a intenção de tê-la como sua vice-liderança, os quais não viram nenhum impedimento e todos concordaram. No dia 06 de novembro de 2013 aconteceu uma assembleia no local do bloqueio, com moradores da aldeia, cacique geral Xakriabá e outras lideranças para discutir, orientar sobre alguns direitos e deveres indígenas, bem como registrar a indicação, escolha e empossar a vice-liderança, Diana. Daí um fato significativo e desafiador, por ser a única liderança mulher num grupo de aproximadamente 70 homens.

Diana foi indicada por ter um perfil atuante dentro e fora do território Xakriabá. A mesma é professora desde o ano de 2001. Fez Magistério Indígena, é graduada na Área de Línguas, Artes e Literatura do Programa de Formação Superior e Licenciaturas Indígenas (PROLIND) pela Universidade Federal de Minas Gerais; é uma das pioneiras no trabalho de pesquisa e desenvolvimento do Calendário Socionatural das atividades do dia a dia da aldeia e Método Indutivo Intercultural (MII).

Em prosseguimento às lutas, no dia 23 de outubro do ano de 2015, foi organizado um protesto contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 215), que retirava os direitos indígenas em relação à demarcação de suas terras. Para chamar atenção, além do território, foi organizado também um fechamento da rodovia BR 135 (estrada que liga os municípios de São João das Missões a Itacarambi e Manga). Colocamos madeiras atravessadas na estrada para impedir o trânsito de caminhões e outros automóveis. Teve a participação das escolas indígenas, lideranças e caciques. Permanecemos naquele local durante o dia. Com faixas; realização de rituais e gritos de guerra.

Encontro no território Xakriabá: Território e sustentabilidade

No período de retomada, as lideranças e caciques se preocuparam em compreender melhores formas de manejo do território. E assim, nos dias 03 e 04 de setembro do ano de 2014 aconteceu o Encontro sobre Território e Sustentabilidade na aldeia Carafbas, no qual reuniram-se Caciques, Lideranças, Representantes do CAA, Quilombolas, Vazanteiros, Geraiseiros, CIMI e outros; Associações, Professores, Estudantes e demais membros da comunidade Xakriabá. O encontro teve como objetivos principais discutir, planejar e avaliar as ações de manejo do território, especialmente o que está em processo de retomada. Refletiu também sobre a importância dos diversos parceiros neste processo de luta, bem como a participação da juventude indígena nas discussões das políticas públicas.

No encontro foi construída e apresentada uma linha do tempo do povo Xakriabá desde 1728 até os dias atuais; destacando alguns aspectos como o modo de vida, resistência, demarcações do território e outros. Alguns participantes relataram ações desenvolvidas sobre formas de gestão em seus territórios. No caso Xakriabá, foram apresentadas experiências sustentáveis que estão sendo desenvolvidas como: manejo agroecológico das roças; agroextrativismo e beneficiamento; mapeamento das áreas; sementes crioulas.

Os grupos de trabalho foram divididos entre homens e mulheres. As mulheres discutiram os desafios de formação da identidade étnica (Caraíbas, Vargem Grande e outras aldeias) e também a construção de um processo de formação de direitos da mulher a educação, saúde e participação política. O grupo dos homens apontou o que já foi feito na área retomada, desafios além do processo de ocupação e produção, bem como, abordaram também a importância e necessidade fazer um trabalho de reafirmação da identidade étnica e política para um chamamento àqueles que ainda não estão envolvidos no processo de lutas.

As lideranças destacaram sobre a necessidade de repensar as formas de sobrevivência do povo, uma vez que os modos tradicionais de condução da agricultura para o sustento das famílias estão se perdendo. Discutiu-se sobre o banco de sementes crioulas do povo Xakriabá e pediu mais apoio da comunidade e dos parceiros para a ampliação dos conhecimentos e da produção. Foi abordado sobre as diversas formas de armazenamento e utilização da água na área retomada para o consumo humano, criação de animais e para a agricultura de subsistência. Alertaram ainda sobre a preservação do meio ambiente, a não utilização de agrotóxicos, a necessidade de fortalecer a cultura de valorização da medicina tradicional e pajelança, bem como a formação dos jovens para estas questões.

Após as discussões, foram encaminhadas algumas ações como: diálogo com as comunidades de Caraíbas e Vargem Grande para o dia 06 de setembro de 2014; produção, através da organização dos grupos, preparo do solo e conservação das sementes para o dia 19 de setembro de 2014 (após esse trabalho, elaborar mapeamento de uso da área); planejar assembleia de educação e saúde para o próximo mês de outubro; encaminhamento do relatório para lideranças e caciques e mutirão com o povo Xakriabá, outros indígenas e comunidades tradicionais previsto para o mês de fevereiro de 2015.

Diante disso, evidenciamos que o planejamento das ações leva em conta o processo e o contexto da área retomada, respeitando as práticas reais e as transições dos modos de vida do povo; a valorização de intercâmbio com outros povos para o fortalecimento das lutas de comunidades tradicionais da região. Ressaltamos também a importância da presença da espiritualidade na condução desse processo de luta.



Figura 21: Mutirão na retomada. Foto: Joel Xakriabá (2014)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos tempos, os povos indígenas enfrentam uma constante luta pela garantia dos direitos, que historicamente foram violados. Diante disso, há a necessidade de repensar estratégias para reafirmação da identidade.

Com a realização deste trabalho de pesquisa, evidenciamos que o povo Xakriabá é resistente, apesar de ter sofrido violência e perda de direitos com o processo de colonização e invasão de seu território, não perdeu o espírito de luta para sobreviver e preservar a raiz da cultura e ciência.

No desenvolvimento desta pesquisa recorremos às nossas memórias, registros e algumas pessoas, como Seu Valdemar, Diana e outros, por serem conhecedores da história de luta e do território para melhor entendermos a necessidade de um olhar direcionado à importância da ampliação e valorização da questão territorial.

O povo Xakriabá conta com uma organização interna, constituída por lideranças e caciques que estão sempre à frente das lutas e tomadas de decisões dentro e fora do território.

Neste trabalho, trouxemos dados que evidenciam o quanto o povo indígena foi enganado e menosprezado pelos invasores. Exemplo disso, foi a implantação de uma educação colonizadora que proíbe as manifestações culturais.

Com o advento da Constituição Federal de 1988 e outras leis que garantem às especificidades das comunidades indígenas e através dos movimentos de luta, a educação indígena começa a tomar novos rumos. E a escola entra no cenário como um dos instrumentos de reafirmação da identidade, além de contribuir na gestão do território.

Neste trabalho procuramos compreender a relação da escola indígena com o território na busca de uma educação específica, diferenciada, comunitária e intercultural. Com vistas nas práticas educativas desenvolvidas pela Escola Oaytomorim da Aldeia Prata.

Destacamos práticas relevantes que rompem com as imposições do sistema de estado. Por exemplo, a participação no processo da última retomada das aldeias Vargem Grande e Caraíbas e as dinâmicas desenvolvidas na perspectiva do Calendário Socionatural, que valoriza a nossa autonomia e o saber fazer Xakriabá. Neste sentido, uma educação intercultural para ser de fato decolonial, precisa estar fincada no território. E a retomada é território que descoloniza e amplia espaços educativos, pois não tem como falar de educação, se não tiver território.

Para a comunidade, as lideranças e caciques, a escola é importante, mas não se limita a um espaço. Ela colabora com as principais lutas dentro e fora do território. Em seu

cotidiano aborda e discute temas referentes ao bem viver da comunidade. Essa necessidade de compreender o mundo fora da aldeia, se tornou um direito que auxilia na busca de conhecimentos que facilitam a sobrevivência do povo.

Com esse trabalho, verificamos a importância da luta coletiva que possibilita transformações e abre caminhos para as novas gerações.

REFERÊNCIAS

ABREU, Werly Pinheiro de. (Dogllas). **Onde houver Xakriabá, haverá resistência! Violações dos direitos indígenas no caso Xakriabá durante a ditadura militar.** Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Habilitação em Matemática.

ARAÚJO, Edilene dos Santos. **Análise de uma atividade a partir do Calendário Sociocultural numa Escola da Aldeia Indígena da Prata, Povo Xakriabá.** Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Habilitação em Matemática.

BANIWA, Gerssem. **Os Saberes Indígenas e a Escola. É possível e desejável uma escola indígena diferenciada e intercultural?** Apresentado na XV ENDIPE 2010 – UFMG/Belo Horizonte – MG.

CANDAU, Vera Maria Ferrão e RUSSO, Kelly. **Interculturalidade e Educação na América Latina: uma construção plural, original e complexa.** Revista Diálogo Educ., vol. 10 – nº 29, p. 151-169, jan/abr. Curitiba, 2010.

CORREA XAKRIABA, Célia Nunes. **O Barro, o Genipapo e o Giz no fazer epistemológico de Autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada.** Universidade de Brasília. Dissertação (Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais) – Centro de Desenvolvimento Sustentável (PPG-PDS), 2018.

CRUZ, Fernanda Gonçalves de Oliveira da. **A experiência de implementação do Calendário de Acompanhamento da Natureza e da Vida do Povo Xakriabá e o olhar dos professores sobre as práticas pedagógicas nas escolas onde atuam.** Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Habilitação em Ciências da Vida e da Natureza.

MEC. **O Tempo passa e a História Fica. Índios Xacriabá.** Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, 1997.

MEC. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas/Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1998.**

PEREIRA, Verônica Mendes. **A circulação da cultura na escola indígena Xakriabá.** 2013. 158 p.) Doutorado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

ROCHA, Diana Pereira de Araujo. **Processos de Ensino e Aprendizagem na Escola Indígena Xakriabá da Aldeia Prata: conhecimentos tradicionais e conhecimentos acadêmicos.** Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

ROCHA, Diana Pereira de Araujo. **Escola da aldeia Prata Xakriabá: encontro de olhares dos conhecimentos nas atividades culturais.** Faculdade Serra Geral. Artigo (Pós Graduação em Metodologia de Ensino da Língua Portuguesa) – Curso de Especialização Latu Senso da FASG. 2018.

SILVA, Lucilene Júlia da. **As contribuições do Método Indutivo Intercultural para a construção de uma escola indígena diferenciada: buscando diálogos entre Brasil e México.** 2016. 329 p. (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.